

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**“TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES  
EMPRESARIAIS: O CASO GRUPO TECNIL”**

Hércules Lima Cruz

Nº 5.426

Praia, Junho de 2010

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**“TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES  
EMPRESARIAIS: O CASO GRUPO TECNIL”**

Hércules Lima Cruz

Nº 5.426

Orientador: Mestre Adalberto de Oliveira Mendes

Praia, Junho de 2010

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos Jason e Daniel

Aos meus pais: Manuel e Perpétua

Aos meus irmãos: Nelcinda e Sulénia

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus que me proporcionou saúde e força para concluir mais esta etapa na minha vida.

Ao meu Orientador, Mestre Adalberto de Oliveira Mendes, pelo empenho e dedicação na orientação deste trabalho.

Aos docentes e colegas do curso, pelo apoio durante esta caminhada.

Ao Dr. Silvestre de Jesus, pelo apoio na revisão literária do texto.

Aos meus pais Manuel Cruz e Perpétua Lima pelo empenho na minha educação.

À minha esposa Elsa David.

Aos meus familiares e amigos.

## RESUMO ANALÍTICO

A globalização da economia e dos mercados mundiais obrigou as empresas a uma constante necessidade de adaptação às regras impostas, colocando novos desafios às suas estratégias de crescimento e competitividade.

Neste sentido, as empresas vêm adoptando uma estratégia de concentração para o reforço da sua competitividade, de melhor actuação num mercado planetário, de uma diminuição dos riscos, pois, passa a haver menor concorrência, o estabelecimento de economias de escala, sinergias e controlo de segmentos de mercado entre outros.

A Contabilidade enquanto instrumento de informação e de suporte às decisões, tem por objectivo registar os factos patrimoniais, os quais resumem-se em mapas e documentos que auxiliam os seus utilizadores, em especial os gestores de topo, na tomada de decisões suportadas por uma informação fiável e correcta.

Com base neste objectivo, o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro actualmente em vigor, subsidiariamente com as Normas Internacionais, veio estabelecer procedimentos analíticos para situações particulares, de modo a que as demonstrações financeiras possam reflectir uma imagem verdadeira e apropriada das instituições.

A situação particular que desenvolvemos, consiste no tratamento contabilístico da concentração das actividades empresariais empreendidas pela TECNICIL SGPS, com a aplicação da NRF 24. Esta norma determina que todas as concentrações de actividades empresariais devem ser contabilizadas pelo método da compra, devendo a adquirente reconhecer os activos, os passivos e os passivos contingentes identificáveis da adquirida, pelos seus justos valores à data de aquisição, e reconhecer também o *Goodwill* que será posteriormente testado quanto à imparidade em vez de ser amortizado.

Palavras-chave: concentração, *Goodwill*, actividade, empresa.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO ANALÍTICO .....</b>	<b>III</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS /SÍMBOLOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1.    APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TEMA .....	1
1.2.    OBJECTIVOS .....	1
1.3.    PERGUNTA DE PARTIDA.....	2
1.4.    ESTRUTURA DO TRABALHO .....	2
<b>CAPITULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....</b>	<b>4</b>
2.1.    CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	4
2.2.    TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	13
2.3.    O <i>GOODWILL</i> ADQUIRIDO NUMA CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	22
2.4.    PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS .....	27
<b>CAPÍTULO III – PRÁTICAS DE CONTABILIZAÇÃO DO <i>GOODWILL</i> NA TECNICIL SGPS, SA.....</b>	<b>39</b>
3.1.    METODOLOGIA.....	39
3.2.    CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EM ESTUDO - A TECNICIL SGPS .....	39
3.3.    O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS PARTICIPADAS .....	41
3.4.    O TRATAMENTO CONTABILÍSTICO.....	42
3.5.    OS RESULTADOS OBTIDOS .....	46
3.6.    CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	47
<b>CAPITULO IV - CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
4.1.    CONTRIBUIÇÃO PARA A COMUNIDADE ACADÉMICA E PROFISSIONAL .....	50
4.2.    LIMITAÇÕES ENCONTRADAS.....	50
4.3.    SUGESTÕES PARA OUTROS TRABALHOS SIMILARES .....	50
4.4.    PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....	51
<b>BIBLIOGRAFIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO ANALÍTICO .....</b>	<b>III</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS /SÍMBOLOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO TEMA .....	1
1.2. OBJECTIVOS .....	1
1.2.1. <i>Gerais</i> .....	1
1.2.2. <i>Específicos</i> .....	2
1.3. PERGUNTA DE PARTIDA .....	2
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO .....	2
<b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....</b>	<b>4</b>
2.1. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	4
2.1.1. <i>Formas de concentração de actividades empresariais</i> .....	6
2.1.2. <i>Evolução das normas contabilísticas sobre concentrações empresariais</i> .....	6
2.1.2.1. Normas Internacionais (IASC / IASB) .....	6
2.1.2.2. Normas nacionais (SNCRF) .....	7
2.1.3. <i>Aspectos jurídicos sobre as concentrações empresariais</i> .....	7
2.1.3.1. Código das Empresas Comerciais .....	7
2.1.3.2. Regime jurídico das SGPS .....	9
2.1.4. <i>Grupos económicos</i> .....	11
2.1.4.1. Caracterização de um grupo económico .....	11
2.1.4.2. Tipos de grupos económicos .....	12
2.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	13
2.2.1. <i>Métodos de contabilização das concentrações de actividades empresariais</i> .....	13
2.2.1.1. Método da comunhão de interesses .....	14
2.2.1.2. Método de compra .....	15
2.2.2. <i>Contabilização inicial da concentração determinada de forma provisória</i> .....	20
2.2.3. <i>Ajustamentos após a conclusão da contabilização inicial</i> .....	20
2.2.4. <i>Contabilização inicial contingente a acontecimentos futuros</i> .....	21
2.2.5. <i>Divulgações</i> .....	21
2.3. O <i>GOODWILL</i> ADQUIRIDO NUMA CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS .....	22
2.3.1. <i>Reconhecimento e mensuração inicial</i> .....	23
2.3.2. <i>Mensuração subsequente</i> .....	25
2.3.3. <i>Testes de imparidade do Goodwill</i> .....	25
2.3.4. <i>Implicações do Goodwill nos resultados</i> .....	26
2.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS .....	27
2.4.1. <i>Participações financeiras</i> .....	27
2.4.1.1. Percentagem de participação e de controlo .....	28
2.4.1.2. Investimentos em subsidiárias .....	29
2.4.1.3. Investimentos em entidades conjuntamente controladas .....	29
2.4.1.4. Investimentos em associadas .....	30

2.4.2.	<i>Consolidação de contas</i> .....	31
2.4.2.1.	Utilidade da consolidação de contas.....	32
2.4.2.2.	Métodos de consolidação .....	33
2.4.2.2.1.	Método de consolidação integral .....	33
2.4.2.2.2.	Método de consolidação proporcional .....	33
2.4.2.2.3.	Método de equivalência patrimonial .....	34
2.4.2.3.	Operações de pré-consolidação .....	35
2.4.2.3.1.	Definição do perímetro de consolidação .....	35
2.4.2.3.2.	Uniformização de princípios contabilísticos e critérios de valorimetria.....	36
2.4.2.3.3.	Conversão cambial .....	37
2.4.2.3.4.	Conciliação de contas correntes .....	38
2.4.2.4.	Operações de consolidação .....	38
<b>CAPÍTULO III – PRÁTICAS DE CONTABILIZAÇÃO DO <i>GOODWILL</i> NA TECNICIL SGPS, SA</b> .....		<b>39</b>
3.1.	METODOLOGIA.....	39
3.2.	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EM ESTUDO - A TECNICIL SGPS .....	39
3.3.	O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DAS PARTICIPADAS .....	41
3.4.	O TRATAMENTO CONTABILÍSTICO.....	42
3.4.1.	<i>O reconhecimento inicial da aquisição das participadas</i> .....	42
3.4.2.	<i>Os ajustamentos de transição para o SNCRF em 1 de Janeiro de 2009</i> .....	43
3.4.3.	<i>A mensuração subsequente</i> .....	44
3.4.4.	<i>As divulgações</i> .....	45
3.5.	OS RESULTADOS OBTIDOS .....	46
3.6.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	47
<b>CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO</b> .....		<b>50</b>
4.1.	CONTRIBUIÇÃO PARA A COMUNIDADE ACADÉMICA E PROFISSIONAL .....	50
4.2.	LIMITAÇÕES ENCONTRADAS.....	50
4.3.	SUGESTÕES PARA OUTROS TRABALHOS SIMILARES .....	50
4.4.	PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....	51
<b>BIBLIOGRAFIAS</b> .....		<b>53</b>
<b>ANEXOS</b> .....		<b>56</b>



## **LISTA DE ABREVIATURAS /SÍMBOLOS**

CEC – Código das Empresas Comerciais

CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística

DF – Demonstrações Financeiras

EC – Estrutura Conceptual

FASB – Financial Accounting Standard Board

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standard Board

IASC – International Accounting Standard Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IRC – Impostos sobre o rendimento

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NRF – Norma de Relato Financeiro

PWC – PricewaterhouseCoopers

SGPS – Sociedades Gestoras de Participações Sociais

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

UGC – Unidade Geradora de Caixa

§ - Parágrafo

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mensuração e reconhecimento inicial do <i>Goodwill</i> .....	24
Tabela 2 - Métodos de contabilização das participações financeiras .....	29
Tabela 3 - Mensuração dos investimentos em entidades conjuntamente controladas....	30
Tabela 4 - Métodos de consolidação de contas .....	33
Tabela 5 - Dados da aquisição das participadas .....	41
Tabela 6 - Nota de lançamento - Registo inicial da aquisição das participadas .....	42
Tabela 7 - Nota de lançamento - Ajustamentos de transição para o SNCRF .....	43
Tabela 8 - Nota de lançamento - Perdas por imparidade .....	45
Tabela 9 - Divulgações das concentrações de actividades empresariais ocorridas .....	46
Tabela 10 - Divulgações do <i>Goodwill</i> adquirido na concentração .....	46
Tabela 11 - Calculo do <i>Goodwill</i> ( <i>Negative Goodwill</i> ) na aquisição das participadas ..	48

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Grupo vertical .....	12
Figura 2 - Grupo horizontal .....	13
Figura 3 - Percentagem de participação e de controlo.....	28
Figura 4 - Organograma do perímetro de consolidação .....	36
Figura 5 - Grupo TECNICIL .....	40

# **CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

## **1.1. Apresentação e importância do tema**

A globalização da economia e dos mercados mundiais obrigou as empresas a uma constante necessidade de adaptação às regras impostas, colocando novos desafios às suas estratégias de crescimento e competitividade.

Neste sentido as empresas vêm adoptando uma estratégia de concentração, visando a sua actuação num mercado planetário.

Cabo Verde percebeu que a harmonização das suas normas contabilísticas com as normas internacionais impunha-se como um factor importante de competitividade e internacionalização da sua economia, daí, ter introduzido, através do Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro, o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), que tem em vista acompanhar os desenvolvimentos havidos nas directivas internacionais quanto à qualidade da informação financeira, transpondo para o direito interno Normas de Relato Financeiro, numa adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Atento a este fenómeno, foi introduzido o regime jurídico para as Sociedades Gestoras de Participações Sociais, através do Decreto-Lei nº 58/2009, visando a criação de condições favoráveis ao surgimento de grupos económicos, enquanto instrumentos adequados para o fortalecimento do tecido empresarial cabo-verdiano.

Daí, a importância do tema *“Tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais: O caso Grupo TECNICIL”*.

## **1.2. Objectivos**

### **1.2.1. Gerais**

Este trabalho tem como objectivo principal a aplicação do SNCRF no tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais.

### 1.2.2. Específicos

Como objectivos específicos se destacam os seguintes pontos:

- Contextualizar a concentração das actividades empresariais;
- Identificar os métodos de contabilização das concentrações de actividades empresariais;
- Analisar o tratamento contabilístico do *Goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais;
- Apresentar os métodos de contabilização das participações financeira e consolidação de contas;
- Apresentar um caso prático do tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais no Grupo TECNICIL.

### 1.3. Pergunta de partida

O tratamento contabilístico da concentração empreendida pela TECNICIL SGPS, está de acordo com os procedimentos prescritos na NRF 24 – Concentrações de Actividades Empresariais?

### 1.4. Estrutura do trabalho

O trabalho, ora apresentado, estrutura-se em quatro capítulos, assim distribuídos:

No **Capítulo I**, apresenta-se o enquadramento contextual, os objectivos gerais e específicos, a pergunta de partida e a estrutura global do trabalho.

No **Capítulo II**, apresenta-se a fundamentação teórica, sobre a qual sustenta o trabalho, com referência às concentrações de actividades empresariais e dos grupos económicos, e, adicionalmente, um resumo histórico do normativo contabilístico sobre esta temática, identificando os métodos de contabilização, o tratamento contabilístico do *Goodwill*, as participações financeiras e a consolidação de contas.

No **Capítulo III**, apresenta-se um caso prático de concentração de actividades empresariais no Grupo TECNICIL, com aplicação do SNCRF no seu tratamento

contabilístico, explicitando o reconhecimento inicial, os ajustamentos de transição do PNC para o SNCRF (efeitos de conversão), a mensuração subsequente e as principais divulgações exigidas.

E, finalmente, no **Capítulo IV**, apresentam-se as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, incluindo-se algumas sugestões sobre trabalhos a desenvolver no contexto de concentrações de actividades empresariais, as contribuições do estudo para as comunidades académica e profissional, as limitações encontradas no desenvolvimento do trabalho e a conclusão final.

## CAPITULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

### 2.1. Concentrações de actividades empresariais

A concentração de actividades empresariais consiste no controlo directo ou indirecto por uma entidade da totalidade ou parte de uma ou mais empresas.

A NRF 24 não define o conceito de concentrações de actividades empresariais, no entanto, expressa que “o resultado de quase todas as concentrações de actividades empresariais expressa que uma entidade, *a adquirente*, obtém o controlo de uma ou mais actividades diferentes, *as adquiridas*” (§4 da NRF 24).

A IFRS 3 substituída; definia uma concentração de actividades empresariais como a “junção de entidades ou actividades empresariais separadas numa única entidade que relata” (§4 da IFRS 3).

A IFRS 3 revista; define uma concentração de actividades empresariais como sendo “uma transacção ou outro acontecimento em que uma adquirente obtém o controlo sobre uma ou mais actividades empresariais” (Apêndice A da IFRS 3).

Para Marques (2007), considera-se que existe concentração de actividades empresariais quando se confirma a fusão de duas ou mais empresas anteriormente independentes, seja por incorporação ou por constituição de uma nova empresa à custa da dissolução de outras, ou quando uma ou mais pessoas que já controlem pelo menos uma empresa adquiram o controlo directo ou indirecto da totalidade ou de partes de uma ou mais.

A aquisição pressupõe sempre o controlo de uma empresa sobre outra, ou outras, dado que compra parte dos seus activos, compra a totalidade dos seus activos e passivos, ou de partes sociais.

Segundo Lopes (2010, p.19), a concentração de actividades empresariais pode ser obtida através de aquisições de partes de Capital Próprio de outra entidade, de fusões, de aquisições de activos que em conjunto formem uma ou mais actividades empresariais, da assumpção dos passivos de outra entidade e da obtenção de controlo por contrato.

Um conceito chave nas concentrações de actividades empresariais é o *Controlo*, definido como “o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma actividade económica, a fim de obter benefícios da mesma” (§9 da NRF 24).

Uma concentração de actividades empresariais pode concretizar-se pela emissão de instrumentos de capital próprio, pela transferência de caixa, equivalentes de caixa ou outros activos, ou por uma combinação dos mesmos, podendo a transacção ser entre os accionistas das entidades concentradas ou entre uma entidade e os accionistas de outra entidade (§5 da NRF 24).

Uma concentração de actividades empresariais pode envolver o estabelecimento de uma nova entidade para controlar as entidades concentradas ou os activos líquidos transferidos, ou a reestruturação de uma ou mais das entidades concentradas (§5 da NRF 24).

Uma concentração de actividades empresariais pode resultar numa relação entre *empresa-mãe*<sup>1</sup> e a *subsidiária*, na qual a adquirente é a empresa-mãe e a adquirida a subsidiária da adquirente. Nessas circunstâncias, a adquirente aplica a NRF 25 — Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, nas demonstrações financeiras individuais incluindo o seu interesse na adquirida, como um investimento numa subsidiária e aplica a NRF 24 suas demonstrações financeiras consolidadas (§6 da NRF 24).

Uma concentração não resulta numa relação entre *empresa-mãe* e a *subsidiária*, se envolver a aquisição dos activos líquidos, incluindo qualquer *trespasse* (*Goodwill*), de outra entidade em vez da compra do capital próprio da outra entidade (§7 da NRF 24).

Segundo Lopes (2010, p.19), “a concentração de empresas normalmente tem por base um estudo económico, onde são analisadas as sinergias a obter com a operação e que pressupõe uma avaliação das entidades intervenientes”.

---

<sup>1</sup> Empresa-mãe é uma entidade que detém uma ou mais subsidiárias



### **2.1.1. Formas de concentração de actividades empresariais**

Como já dissemos anteriormente, a concentração de actividades empresariais consiste no controlo directo ou indirecto da totalidade ou de parte de uma ou mais empresas, sendo que tal concentração obriga a uma estruturação baseada numa variedade de formas, por razões legais, fiscais ou outras, sendo tais formas:

- Fusões (de duas ou mais empresas);
- Aquisições de partes de capital próprio de outra entidade;
- Aquisições de activos que em conjunto formem uma ou mais actividades empresariais;
- Assumir de passivos de outra entidade;
- Obtenção de controlo por contrato;
- Estabelecimento de uma nova entidade para controlar as entidades concentradas;

### **2.1.2. Evolução das normas contabilísticas sobre concentrações empresariais**

#### **2.1.2.1. Normas Internacionais (IASC / IASB)**

Em Novembro de 1983 foi aprovada a IAS 22 - Concentrações de actividades empresariais, norma que vigou até 2004, tendo sofrido várias alterações;

Em Dezembro de 1993 a IAS 22 foi revista no âmbito de um projecto de comparabilidade e melhoria das demonstrações financeiras;

Em Outubro de 1996 a IAS 22 foi revista de forma a ficar consistente com a IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento (revista em 1996);

Em Julho de 1998 a IAS 22 foi revista para ficar consistente com a IAS 36 - Imparidade de Activos, IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes e a IAS 38 - Activos Intangíveis;

Em Outubro de 1998 foi revista a IAS 22;

Em 1999 foram emendados alguns parágrafos da IAS 22, no sentido de ficarem consistentes com a IAS 10 - Acontecimentos Após a Data do Balanço (revista em 1999);

Em 2004 foi aprovada a IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais, que veio substituir a IAS 22 e introduzir no efeito profundas alterações no tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais;

Em Janeiro de 2008, visando a harmonização contabilística mundial, o IASB aprovou alterações à IFRS 3 para entrada em vigor em Junho de 2009.

Segundo Lopes (2009), as principais alterações da IFRS 3 aprovadas em 2008 situam-se essencialmente no âmbito dos conceitos de *Goodwill* e dos interesses minoritários, bem como das respectivas valorizações.

#### **2.1.2.2. Normas nacionais (SNCRF)**

Com a introdução do SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, que entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2009, as concentrações de actividades empresariais encontram-se regulamentadas pela Norma de Relato Financeiro – NRF 24. No entanto, o normativo cabo-verdiano ainda não contempla as alterações introduzidas pela IFRS 3 revista.

### **2.1.3. Aspectos jurídicos sobre as concentrações empresariais**

#### **2.1.3.1. Código das Empresas Comerciais**

Em Cabo Verde, as concentrações de actividades empresariais encontram-se reguladas no *código das empresas comerciais*<sup>2</sup>. O código das empresas comerciais, regula diversas formas de cooperação entre empresas, nomeadamente os *consórcios*.

---

<sup>2</sup> Decreto-Legislativo nº 3/99, publicado no BO nº 9, I Série de 29 de Março de 1999.

- **Consórcio**

Segundo o CEC, *consórcio* é o contrato pelo qual dois ou mais empresários se obrigam entre si a realizar, de forma concertada, certa actividade, ou efectuar certa contribuição com o fim de prosseguir qualquer dos seguintes objectivos (art. 17º e 18º do CEC):

- Realização de actos, materiais ou jurídicos, preparatórios quer de um determinado empreendimento, quer de uma actividade contínua;
- Execução de um determinado empreendimento;
- Fornecimento a terceiros de bens produzidos pelos membros do consórcio;
- Pesquisa ou exploração de recursos naturais;
- Produção de bens que possam ser repartidos entre os membros do consórcio.

Os contratos de *consórcio* em Cabo Verde, estão presentes essencialmente na construção civil. As empresas juntam-se de forma a ganharem dimensão para participarem em concursos públicos para a realização das grandes obras, como portos, aeroportos e estradas, entre outras.

- **Contrato de associação em participação**

Segundo o CEC, a *associação em participação* é o contrato pelo qual uma pessoa é associada a uma actividade económica exercida por outra, ficando a primeira a participar nos lucros ou nos lucros e perdas que desse exercício resultarem para a segunda (art. 37º do CEC). É elemento essencial do contrato a participação nos lucros, podendo ser dispensada a participação nas perdas.

- **Agrupamento complementar de empresas**

De acordo com o CEC, as empresas podem associar-se, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de facilitarem ou desenvolverem as suas actividades económicas, melhorarem as condições de exercício ou aumentarem os resultados das suas actividades económicas. Os agrupamentos complementares de empresas não

podem ter por fim principal a realização e partilha de lucros e constituir-se-ão com ou sem capital próprio.

As empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do agrupamento, salvo cláusula em contrário no contracto.

### **2.1.3.2.Regime jurídico das SGPS**

Uma concentração de actividades empresariais pode envolver a criação de uma nova entidade para controlar as entidades concentradas, como é o caso de uma SGPS, podendo resultar numa relação entre empresa-mãe e subsidiária, sendo a adquirente a empresa-mãe e adquirida a subsidiária.

Dadas as transformações por que passa o país, tornou-se crucial a criação de condições favoráveis ao surgimento de grupos económicos, visando o fortalecimento do tecido empresarial cabo-verdiano. Neste sentido, o Decreto-Lei nº 58/2009 de 14 de Dezembro, veio introduzir no quadro jurídico cabo-verdiano o regime jurídico para as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), com o objectivo de propiciar aos empresários um quadro jurídico que lhes permite reunir numa sociedade as suas participações sociais com uma gestão centralizada e especializada.

De acordo com o Decreto-Lei nº 58/2009, a constituição de uma SGPS não carece de autorização administrativa prévia, embora haja dever de o comunicar. A sua fiscalização fica limitada a verificação da manutenção dos requisitos que a lei exige para a definição do seu tipo para a atribuição de benefícios fiscais. O regime fiscal das SGPS é fixado em diploma próprio, e visa a concessão de benefícios, que sem os quais as SGPS teriam viabilidade duvidosa ou de pouco interesse prático.

*São sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), as que têm por único objecto contratual a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas<sup>3</sup>.*

---

<sup>3</sup> Artigo 2º do Decreto-Lei nº 58/2009 de 14 de Dezembro.

Considera-se participação numa sociedade como forma indirecta de exercício de actividade económica, quando a participação não seja de carácter ocasional e a participação atinja pelo menos 10% do capital com direito de voto da participada, seja de forma directa ou indirectamente através de outras sociedades em que a SGPS seja dominante.

- **Tipo de sociedades e requisitos especiais do contrato**

Segundo o artigo 3º do Decreto-Lei nº 58/2009, pode-se optar por constituir as SGPS sob a forma de sociedade anónimas ou sob a forma de sociedades por quotas, sendo que a firma deve obrigatoriamente conter a menção “sociedade gestora de participações sociais” ou abreviadamente SGPS.

*O objecto social das SGPS é um dos requisitos especiais do contracto de sociedade deste tipo de sociedades* (BORGES; MACEDO, 2007, p.13). No contrato de sociedade das SGPS deve-se expressar como objecto único da sociedade a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Pode-se também no contrato de sociedade restringir a aquisição de partes de capital em função quer do tipo de sociedade, do objecto, da nacionalidade ou relativamente ao montante da participação.

- **Prestação de serviços**

De acordo com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 58/2009, é permitida às SGPS prestar *serviços técnicos de administração e gestão* às sociedades participadas ou sociedades com os quais tenham celebrado contractos de subordinação.

A prestação de serviços, só pode ser efectuada às sociedades em que a participação seja pelo menos 10% do capital com direito de voto e nas condições previstas no nº 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 58/2009.

A prestação de serviços terá que ser objecto de contrato escrito, devendo-se especificar o valor da remuneração pelos serviços prestados.

#### **2.1.4. Grupos económicos**

Borges, *apud* ONU (2002, p.860) afirma que “ duas ou mais sociedades formam um grupo se uma delas (a sociedade que encabeça o conjunto do grupo) controla directa ou indirectamente as outras [...]”.

Borges *apud* Francis Lefebvre (2002, p.860) define grupo de sociedades como sendo “conjunto constituído por várias sociedades, cada qual com existências jurídica própria, mas unidas entre elas por laços diversos em consequência dos quais uma delas, dita sociedade mãe, tem as outras sob a sua dependência, exerce um controlo sobre o conjunto e faz prevalecer uma unidade de decisão”.

Segundo Borges (2002), a constituição de um grupo empresarial não tem apenas o intuito de racionalizar os meios e recursos, mas sobretudo para que disponha de poder que o torne menos vulnerável, sendo o elemento chave do grupo a unidade de decisão ou de direcção.

“ [...] as empresas adquiridas pelos grupos mantêm a sua personalidade jurídica perdendo, contudo, a sua autonomia económica e financeira, porquanto cabe ao grupo dirigir financeira e estrategicamente as empresas sob controlo” (BORGES, 2002, p.856).

##### **2.1.4.1.Caracterização de um grupo económico**

Um grupo empresarial é caracterizado por ser constituído por entidades juridicamente autónomas e pela dependência em relação à empresa-mãe seja: uma dependência de natureza financeira; directiva; contratual ou de natureza económica.

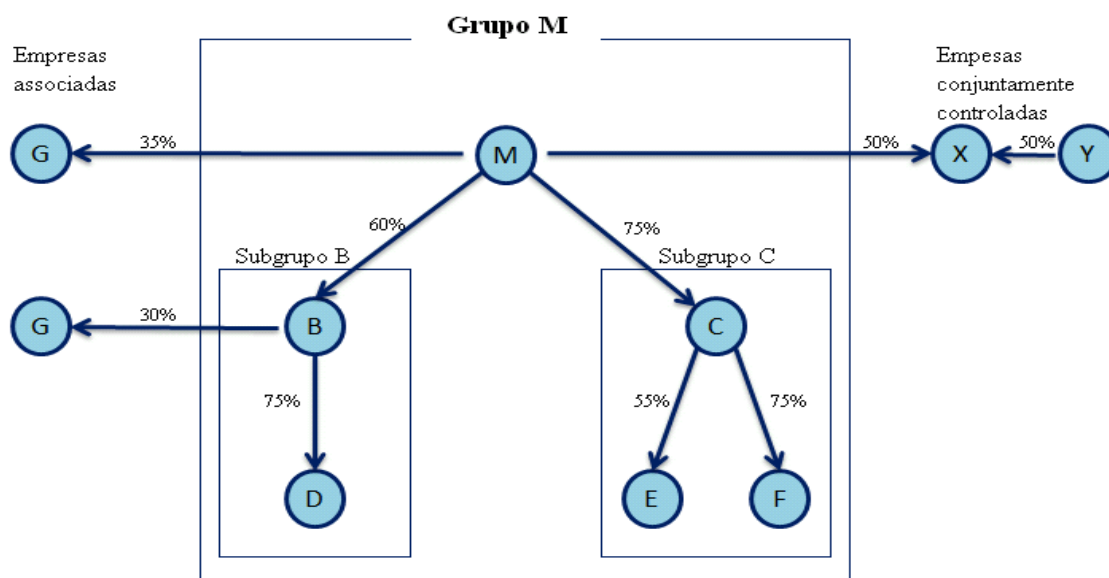
- Dependência de natureza, resulta da detenção da maioria dos votos, que pode derivar da participação directa da empresa-mãe ou da sua participação indirecta, através de outras empresas;
- Dependência de natureza directiva, deriva do facto de se poder designar a maioria dos membros da administração da empresa filial;

- Dependência de natureza contratual, resulta de acordos com empresas ou accionistas, por exemplo contratos de exclusividade, de subordinação, entre outros;
- Dependência de natureza económica, ocorre quando o grupo detém uma situação de monopólio ou recorre a trabalhos de subcontratação relativamente a empresa-mãe.

#### 2.1.4.2. Tipos de grupos económicos

Segundo Borges (2002), um grupo empresarial, representa sempre a centralização de decisão ou de direcção, podendo tal direcção operar de duas formas distintas:

- **Grupo vertical**, quando é formado por uma empresa-mãe e todas as suas filiais. Normalmente, este tipo de grupo origina subgrupos encabeçados por empresas que dependem financeiramente da empresa-mãe, mas são líderes em relação às suas participadas.

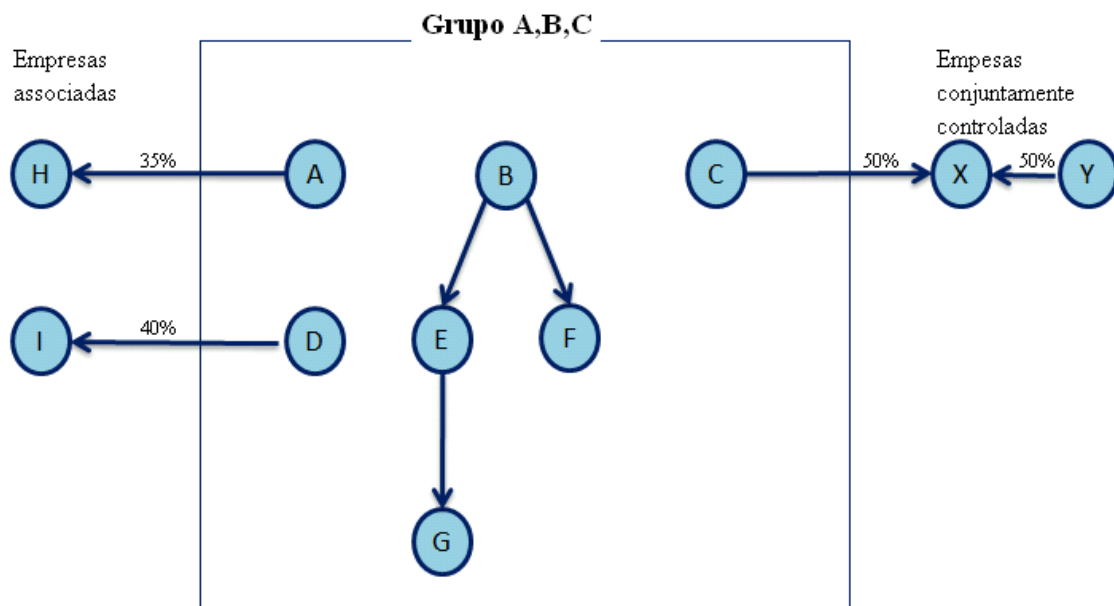


**Figura 1** - Grupo vertical

**Fonte:** Adaptado pelo autor

O Grupo TECNICIL (ver Figura 5) caracteriza-se por um Grupo Vertical, sendo a empresa-mãe, TECNICIL SGPS, detentora de 100% do capital das Participadas.

- **Grupo horizontal**, quando é formado por empresas não ligadas financeiramente entre si, contudo, estão sujeitas a um poder de decisão único.



**Figura 2** - Grupo horizontal

**Fonte:** Adaptado pelo autor

## 2.2. Tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais

O tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais encontra-se regulamentado na NRF 24 – Concentrações de actividades empresariais, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, tendo por base a IFRS 3 emitida pelo IASB.

### 2.2.1. Métodos de contabilização das concentrações de actividades empresariais

Existem dois métodos de contabilização das concentrações de actividades empresariais:

- O método da comunhão de interesses; e
- O método da compra



Segundo Marques (2007), a generalidade das concentrações de actividades empresariais consiste em aquisições empresariais, por isso o método contabilístico da compra seja considerado de aplicação genérica, uma vez que está especificamente orientado para tais aquisições.

Em Cabo Verde, com a introdução do SNCRF, ficou vedada a utilização do método da comunhão de interesses na contabilização das concentrações de actividades empresariais, seguindo na linha das orientações do IASB.

“Todas as concentrações de actividades empresariais devem ser contabilizadas pela aplicação do método de compra” (§10 da NRF 24).

#### **2.2.1.1.Método da comunhão de interesses**

Segundo Rodrigues (2009, p. 600), por este método os activos e passivos são registados pelos valores contabilísticos provenientes das contas das empresas intervenientes na concentração, não sendo calculado *goodwill* ou *negative goodwill*, sendo que qualquer diferença entre o valor pago através de capital emitido, acrescido de outros valores pagos em dinheiro ou através de outros activos cedidos, e o valor pela qual é registado o capital adquirido, deve ser ajustada directamente nos capitais próprios. Os custos incorridos no processo de concentração devem ser reconhecidos como gastos do período em que sejam incorridos.

A IAS 22 – Concentrações de actividades empresariais, que foi substituída pela IRFS 3, permitia a utilização deste método na contabilização das concentrações de actividades empresariais em alguns casos especiais, e desde que fossem verificadas todas as condições impostas pela norma, ainda que o método da compra fosse o método recomendado.

Com a introdução da IFRS 3 em substituição da IAS 22, o IASB proibiu a utilização do método da comunhão de interesses na contabilização das concentrações de actividades empresariais, assim como o FASB organismo de normalização contabilística nos Estados Unidos.

### 2.2.1.2.Método de compra

Pelo método de compra, os activos e passivos são contabilizados pelo seu justo valor, podendo ser identificados activos e passivos não incluídos nas demonstrações financeiras da adquirida. É apurado um *goodwill* ou um *negative goodwill* derivado da diferença entre o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados na adquirida e o custo da concentração.

A aplicação do método de compra implica a identificação do adquirente, a mensuração do custo da concentração e a alocação à data da aquisição, do custo da concentração ao justo valor<sup>4</sup> dos activos e passivos, bem como passivos contingentes assumidos.

- **Identificação do adquirente**

A adquirente deve ser identificada em todas as concentrações de actividades empresariais, sendo que o controlo<sup>5</sup> é a chave para tal identificação. “A adquirente é a entidade que obtém o controlo sobre as outras entidades ou actividades empresariais concentradas” (§10 da NRF 24).

Segundo a NRF 24, embora por vezes seja difícil identificar uma adquirente numa concentração de actividades empresariais, existem indícios que podem ajudar na sua identificação, como por exemplo:

- O justo valor das entidades ou actividades empresariais concentradas. A entidade ou actividade empresarial com justo valor mais elevado é provavelmente a adquirente;
- Cedência de caixa ou outros activos. Se uma entidade ou actividade empresarial ceder caixa ou outros activos, para aquisição de instrumentos de capital da outra entidade, a entidade que cede caixa ou outros activos é provavelmente a adquirente;

---

<sup>4</sup> Justo Valor é a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas (§9 da NRF-24)

<sup>5</sup> Controlo é o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma (§9 da NRF-24)

- Capacidade de Gestão. Se existir uma entidade ou actividade empresarial, de entre as concentradas, cuja capacidade de gestão permite dominar a selecção da equipa de direcção da entidade concentrada, essa é provavelmente a adquirente.
- Emissão de instrumentos de capital próprio. Se a concentração for efectuada através da troca de interesses de capital próprio, a entidade que emite os interesses de capital próprio é normalmente a adquirente. No entanto, deve-se verificar qual das entidades concentradas tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da (s) outra (s).

Segundo a NRF 24, em algumas concentrações de actividades empresariais, referidas como “aquisições inversas”, a adquirente é a entidade cujos interesses de capital próprio foram adquiridos e a entidade emitente é a adquirida. Normalmente a adquirente é a entidade de maior dimensão, no entanto, os factos e circunstâncias que rodeiam uma concentração de actividades empresariais, indicam que uma entidade mais pequena controla uma entidade maior dimensão.

- **Custo de uma concentração de actividades empresariais**

Numa concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar<sup>6</sup> o custo de aquisição, pelos respectivos justos valores dos activos cedidos, passivos incorridos ou assumidos, e dos títulos de capital entregues pela adquirente, em troca do controlo sobre a adquirida, mais os custos externos directamente atribuíveis à aquisição (§18 da NRF 24).

A data de aquisição é a data na qual a adquirente obtém efectivamente o controlo sobre a adquirida e a data de troca é a data de cada transacção de troca (§19 da NRF 24).

Se uma concentração de actividades empresariais envolver mais do que uma transacção de troca, o custo da concentração é o custo agregado das transacções individuais. Quando é diferido a liquidação total ou parcial do custo da concentração, o justo valor

---

<sup>6</sup> Mensuração – é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidas e relatados no balanço e na demonstração dos resultados (§97 da EC do SNCRF).

desse componente diferido deve ser determinado pelo valor presente das quantias a pagar à data da troca (§19 e 20 da NRF24).

Se o custo da concentração for contingente a eventos futuros, a adquirente deverá incluir no custo da concentração esse ajustamento, se for provável e fiavelmente mensurável. Se os futuros acontecimentos não se verificarem, o custo da concentração deve ser ajustado em conformidade, sendo o ajustamento contra o *goodwill* (§22 da NRF 24).

- **Imputação do custo aos activos adquiridos e passivos assumidos**

Segundo a NRF 24, a adquirente deve, à data da aquisição, imputar o custo de uma concentração ao reconhecer os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida que satisfaçam os critérios de reconhecimento<sup>7</sup> do parágrafo 24 pelos seus justos valores nessa data, com a excepção de activos não correntes (ou grupos para alienação) que sejam classificados como detidos para venda de acordo com a NRF 8 - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas, devendo estes ser reconhecidos pelo seu justo valor menos os custos de vender (§23 da NRF 24).

A adquirente deve, reconhecer separadamente os activos, passivos e passivos contingentes da adquirida na data de aquisição apenas quando satisfazem os seguintes critérios (§24 da NRF 24):

- Para o caso de activos que não intangíveis, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o adquirente e o seu justo valor seja mensurável de forma fiável;
- Para os passivos correntes, quando for provável que ocorra uma saída de recursos necessária para liquidar a obrigação e o seu justo valor seja mensurável de forma fiável;

---

<sup>7</sup> Reconhecimento – é o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados de um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento (§80 da EC do SNCRF). Critérios de reconhecimento: for provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade; e o item tiver um gasto ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade

- Para os passivos contingentes ou de um activo intangível, quando o seu justo valor seja mensurável de forma fiável.

Todos os activos intangíveis identificados na adquirida à data de aquisição deverão ser reconhecidos ao seu justo valor e separados do *goodwill*. Desta forma os activos intangíveis gerados internamente pela adquirida, que não são reconhecidos nas suas DF, são registados separadamente nas DF da Adquirente. São exemplos a marca, base de dados, relação com clientes, software não reconhecidos, entre outros<sup>8</sup>.

Segundo Rodrigues (2009, p.603), o custo da concentração deve ser repartida em três componentes:

- Quota-parte da adquirente nos capitais próprios da adquirida, obtida pela multiplicação da percentagem de participação pelo valor contabilístico dos capitais próprios;
- Quota-parte da adquirente na diferença de avaliação dos activos e passivos adquiridos;

O valor do *goodwill*, que corresponde a diferença entre o valor pago pela participação financeira adquirida e o justo valor dos activos e passivos adquiridos.

#### • **Determinação do justo valor de activos e passivos identificáveis**

A aplicação do método de compra na contabilização das concentrações de actividades empresariais implica a avaliação dos activos, passivos das empresas envolvidas na concentração.

Segundo Rodrigues (2009, p.601), na determinação do justo valor deve observar-se o seguinte:

- **Activos financeiros** – valor corrente de mercado;
- **Dívidas a receber** – valor presente das quantias a receber, reduzindo das perdas por imparidade;
- **Matérias-primas** – custo de reposição;

---

<sup>8</sup> Formação PWC sobre IFRS em Fevereiro de 2010.

- **Produtos e trabalhos em curso** – preço de venda estimado dos bens acabados, deduzido da soma de custos a incorrer para o acabamento, custos a incorrer para a venda e uma contribuição razoável para o lucro bruto;
- **Terrenos e edifícios** – valor de avaliação usualmente estabelecidos, com referência aos valores correntes de mercado, se disponíveis;
- **Equipamentos e instalações** – se para o uso continuado: custo de reposição de equipamentos e instalações com capacidade semelhante, salvo se o uso futuro esperado do activo indicar um valor mais baixo para o adquirente;
  - Se para uso temporário: custo de reposição para capacidade semelhante ou a quantia recuperável, dos dois o mais baixo.
  - Se para venda ou detidos para posterior venda de preferência ao uso: quantia recuperável.
- **Activos intangíveis** – como patentes, licenças e direitos: valores estimados ou avaliados
- **Activos e passivos por impostos diferidos** – pelo valor presente dos benefícios de impostos provenientes de prejuízos fiscais ou dos impostos a pagar relativos ao resultado líquido calculado a partir da perspectiva da entidade concentrada ou grupo resultante da aquisição. Estes activos ou passivos são determinados após se ter em conta os efeitos fiscais, se existirem, de substituir as quantias dos activos e passivos identificáveis pelos seus justos valores;

**Dívidas a pagar e acréscimos** – valor presente das quantias a serem desembolsadas para satisfazer o passivo, determinando as taxas de desconto apropriadas.

- **Reconhecimento de impostos diferidos**

A aplicação do método de compra na contabilização de uma concentração de actividades empresariais requer a mensuração pelo justo valor, dos activos e passivos da adquirida. Deste modo, verifica-se uma diferença, positiva ou negativa, entre o justo valor e o valor contabilístico dos activos e passivos da adquirida, o que pode traduzir-se num activo ou passivo por impostos diferidos. Além disso, pode haver um reporte das perdas fiscais no rendimento da adquirida ou de outros impostos diferidos. Nestas

circunstâncias, a adquirente deve proceder de acordo com a NRF 22 — Impostos sobre o Rendimento, no reconhecimento de qualquer activo ou passivo por impostos diferidos.

### **2.2.2. Contabilização inicial da concentração determinada de forma provisória**

O registo inicial de uma concentração envolve a identificação e a determinação dos justos valores a atribuir aos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e o custo da concentração (§61 da IFRS 3).

Se o registo inicial puder ser determinado apenas de forma provisória no final do período em que a concentração for efectuada, a adquirente deve contabilizar a concentração usando esses valores provisórios e proceder posteriormente da seguinte forma (§38 da NRF 24):

- Reconhecer quaisquer ajustamentos nesses valores provisórios como resultado da conclusão da contabilização inicial, num período até 12 meses após a data de aquisição;
- Corrigir o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e, por consequência a quantia escriturada do goodwill.

### **2.2.3. Ajustamentos após a conclusão da contabilização inicial**

Com excepção do reconhecimento de activos por impostos diferidos, os ajustamentos à contabilização inicial de uma concentração de actividades empresariais, depois de concluída a contabilização inicial, devem ser reconhecidos apenas para corrigir um erro de acordo com a NRF 3 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. As alterações nas estimativas não devem ser ajustadas na contabilização inicial de uma concentração de actividades empresariais, devendo sim, ser reconhecidos no período corrente e nos períodos futuros (§ 39 da NRF 24).

Segundo a NRF 3 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a correcção de um erro exige a reexpressão da informação comparativa, como se não tivesse sido cometido erro algum. Neste sentido, deve reexpressar-se a

informação comparativa apresentada para períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração, como se a contabilização inicial tivesse sido concluída na data de aquisição.

#### **2.2.4. Contabilização inicial contingente a acontecimentos futuros**

Quando um acordo de concentração de actividades empresariais proporcionar um ajuste ao custo da concentração que dependa de um ou mais acontecimentos futuros, a entidade adquirente deve incluir a quantia desse ajuste no custo da concentração na data da aquisição, sempre que o ajuste seja provável e for possível mensura-lo de forma fiável (§ 22 da NRF 24).

Segundo Montiel e Lamas (2007), “os ajustes são contingentes quando dependem de um ou mais acontecimentos futuros, como por exemplo, de alcançar uma determinada quantia dos resultados em períodos futuros, ou de que se mantenha o preço de mercado dos títulos emitidos”.

Se os futuros acontecimentos não se verificarem ou se a estimativa tiver de ser revista, o custo da concentração deve ser ajustado em conformidade (§22 da NRF 24).

#### **2.2.5. Divulgações**

Segundo a NRF 24, deve divulgar-se informação que permita aos utentes da informação financeira avaliar a natureza e o efeito financeiro das concentrações de actividades empresariais ocorridas durante o período, ou após a data de balanço mas antes de as demonstrações financeiras receberem autorização para emissão.

Desta forma, para atender a esse objectivo, deve divulgar-se entre outros aspectos o seguinte:

- a) A denominação social e descrições das entidades concentradas;
- b) A data de aquisição;
- c) A percentagem de instrumentos de capital próprio adquirido com direito de voto;



- d) O custo da concentração e uma descrição dos componentes desse custo, sendo que quando instrumentos de capital próprio são emitidos ou passíveis de emissão como parte do custo, a entidade deve divulgar-se: o número de instrumentos de capital próprio emitidos ou passíveis de emissão; e o justo valor desses instrumentos e base para determinar esse justo valor;
- e) A quantia de qualquer *goodwill negativo* reconhecida nos resultados;
- f) Uma descrição dos factores que contribuíram para reconhecimento do *goodwill*, sendo de descrever cada activo intangível que não tenha sido reconhecido separadamente do *goodwill* e uma explicação sobre a razão por que não foi possível mensurar o justo valor do activo intangível com fiabilidade;
- g) A contabilização inicial de uma concentração de actividades empresariais determinada de forma provisória durante o período juntamente com uma explicação para o facto;
- h) As quantias e explicações relativas aos ajustamentos a contabilização inicial efectuada no período imediatamente anterior de forma provisória;
- i) Divulgação exigida pela NRF 3 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, relativamente a correcções de erros nos activos, passivos ou passivos contingentes identificáveis da adquirida (§§ 41 a 46 da NRF 24).

As alterações no período no valor contabilístico do goodwill.

### **2.3. O *Goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais**

O *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, representa um pagamento feito pelo adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de activos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos (§ 33 da NRF 24)

Segundo Lopes (2010, p.132), o *goodwill* corresponde à parte da diferença de aquisição que não é imputável a qualquer activo ou passivo identificável.

Os benefícios económicos futuros podem resultar de sinergias entre activos identificáveis adquiridos ou de activos que, individualmente, não se qualificam para o reconhecimento nas demonstrações financeiras mas pelos quais o adquirente está preparado para fazer um pagamento na concentração de actividades empresariais (§11 da NRF 6).

Segundo Montiel e Lamas (2007), o *goodwill* é uma das questões que maior atenção tem recebido no panorama internacional, sobretudo devido as alterações na sua contabilização introduzidas pela IFRS 3, que veio substituir a IAS 22.

### **2.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial**

O *goodwill* representa o excesso do custo da concentração sobre a proporção detida pelo adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data de aquisição, podendo ser positivo ou negativo.

No caso de *goodwill* positivo, o adquirente deve, à data da aquisição, reconhecer o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais como um activo e mensura-lo inicialmente pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração acima do interesse do adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida (§32 na NRF 24).

Se o interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, for superior ao custo de da concentração de actividades empresariais (*negative goodwill*), a entidade deve (§36 da NRF 24 e § 56 da IFRS 3):

- Reavaliar a identificação e a mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e a mensuração do custo da concentração e;
- Reconhecer imediatamente nos resultados qualquer excesso remanescente após a reavaliação.

De acordo com Montiel e Lamas (2007), “o IASB, nas suas bases para conclusões (IFRS 3, BC 130) explica que o *goodwill* positivo pode estar integrado nos seguintes componentes”:

- Justo valor da empresa adquirida. Este elemento apresenta a capacidade da empresa adquirida para obter a partir do conjunto de activos líquidos rendimentos maiores do que os dos activos líquidos individualmente considerados;
- Justo valor das sinergias esperadas resultantes da concentração dos activos líquidos da adquirida com os da adquirente, sendo que estas sinergias são únicos para cada concentração empresarial;
- Excesso do preço pago pela entidade adquirente;
- Erros na mensuração e reconhecimento, quer do justo valor do custo da concentração de actividades empresariais, quer dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida.

Segundo a IFRS 3, o *goodwill negativo* pode ser consequência de alguma das seguintes causas (§57 da IFRS 3):

- Erros na mensuração dos elementos da entidade adquirida, ou no custo da concentração;
- Um requisito numa norma de contabilidade para mensurar os activos líquidos identificáveis adquiridos por uma quantia que não seja o justo valor, mas que seja tratada como se fosse justo valor para a finalidade de imputar o custo da concentração;
- Uma compra a bom preço.

O reconhecimento e a mensuração inicial do *goodwill* resume-se no quadro seguinte:

**Tabela 1** - Mensuração e reconhecimento inicial do *Goodwill*

Mensuração	Diferença	Reconhecimento
Diferença entre o custo da concentração e a parte da adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida.	Positiva: Goodwill	Activo
	Negativa: Negative goodwill	Ganho no período

### 2.3.2. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais pelo seu custo menos qualquer perda por imparidade acumulada (§34 da NRF 24). O *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresarias não deve ser amortizado porém, a entidade adquirente deve testá-lo quanto a imparidade anualmente ou mais frequentemente se as circunstâncias indicarem que pode estar com imparidade, de acordo com a NRF 17 – Imparidade de Activos (§ 35 da NRF 24).

### 2.3.3. Testes de imparidade do *Goodwill*

Para quantificar a perda por imparidade do *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, deve-se considerar que o *goodwill* é um activo que não é capaz, de forma isolada, de gerar fluxos de caixa. Depende de outros activos ou grupos de activos. Desta forma, para a finalidade de testar a sua imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais, deve ser imputado a cada UGC<sup>9</sup> ou grupo de UGC da adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de actividades empresariais, independentemente de outros activos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGC ou grupos de UGC (§36 da NRF 17).

A entidade adquirente, deve testar a imparidade da UGC à qual foi imputado o *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais anualmente e sempre que exista uma indicação de que esta UGC possa estar em imparidade. Para isso, a entidade deve comparar a quantia escriturada<sup>10</sup> da UGC, incluindo o *goodwill*, com a sua quantia recuperável<sup>11</sup>. Se a quantia escriturada da UGC for superior a sua quantia recuperável, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade (§41 da NRF 17). As perdas por

---

<sup>9</sup> Unidade geradora de caixa (UGC) – é o mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (§4 da NRF 17)

<sup>10</sup> Quantia escriturada – é a quantia pela qual um activo é reconhecido no Balanço, após a dedução de qualquer depreciação/amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes.

<sup>11</sup> Quantia recuperável – é a quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou UGC menos os custos de vender e o seu valor de uso.

imparidade devem ser imputadas para reduzir a quantia escriturada dos activos da UGC, sendo que se deve reduzir em primeiro lugar o *goodwill* imputado a UGC ou grupo UGC, e posteriormente o valor dos outros activos da UGC ou grupo de UGC. Ao distribuir as perdas por imparidade, a entidade não pode reduzir a quantia escriturada do *goodwill* abaixo do mais alto de entre: o justo valor menos os custos de vender (caso seja determinável); o seu valor de uso<sup>12</sup> (caso seja determinável); e zero (§49 da NRF17).

As perdas por imparidade do *goodwill* não podem ser revertidas em períodos subsequentes, por se considerar que qualquer aumento na quantia recuperável do *goodwill* é provável que seja um aumento no *goodwill* gerado internamente, em vez de uma reversão na perda por imparidade reconhecida no *goodwill* adquirido (§60 da NRF 17 e §125 da IAS 36). O *goodwill* gerado internamente, não se qualifica para reconhecimento nas demonstrações financeiras (§48 da NRF 6).

Segundo Montiel e Lamas (2007), a não amortização do *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais e em vez disto a realização de testes de imparidade, trata-se de uma questão muito discutida pela doutrina contabilística, sendo que este facto não reuniu o consenso de todos os membros do IASB.

Para Montiel e Lamas (2007), “ é certo que a estimativa de uma vida útil para o *goodwill* é arbitrária, porém, é mais prudente a sua amortização numa base sistemática do que o teste de imparidade, dada a incerteza relativa ao dito teste”

#### **2.3.4. Implicações do *Goodwill* nos resultados**

Segundo Montiel e Lamas (2007), a importância do *goodwill* deve-se essencialmente ao impacto que tem nos resultados da adquirente subsequentes à concentração, impacto que será diferente segundo a solução contabilística seguida.

---

<sup>12</sup> Valor de uso – é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que se espere surjam do uso continuado de um activo ou UGC e da sua alienação no fim da vida útil.

Vida útil – é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso; ou o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do activo.

Segundo Marques (2007), o tratamento contabilístico do *goodwill* no contexto das normas internacionais de relato financeiro (IFRS), nomeadamente a IFRS 3, a IAS 36 e a IAS 38, contribui para uma maior volatilidade dos resultados e consequentemente para maior risco.

## **2.4. Participações financeiras e consolidação de contas**

A crescente globalização da economia mundial tem levado as empresas a adoptarem uma estratégia em internacionalização das suas actividades, adquirindo participações em outras entidades nacionais e estrangeiras, como forma de penetração em outros mercados, diversificação das suas actividades e constituição de alianças estratégicas.

As participações financeiras podem ser de carácter temporário, aplicações de tesouraria que são facilmente convertíveis em dinheiro normalmente detidas num prazo não superior a um ano, ou podem ser de carácter permanente ou não corrente, que são participações estratégicas e detidas por um período superior a um ano.

O tratamento contabilístico destes investimentos financeiros estratégicos encontram-se nas seguintes normas do SNCRF: NRF 23 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas, NRF 24 – Concentrações de actividades empresariais e NRF 24 – Investimentos em associadas e consolidação.

### **2.4.1. Participações financeiras**

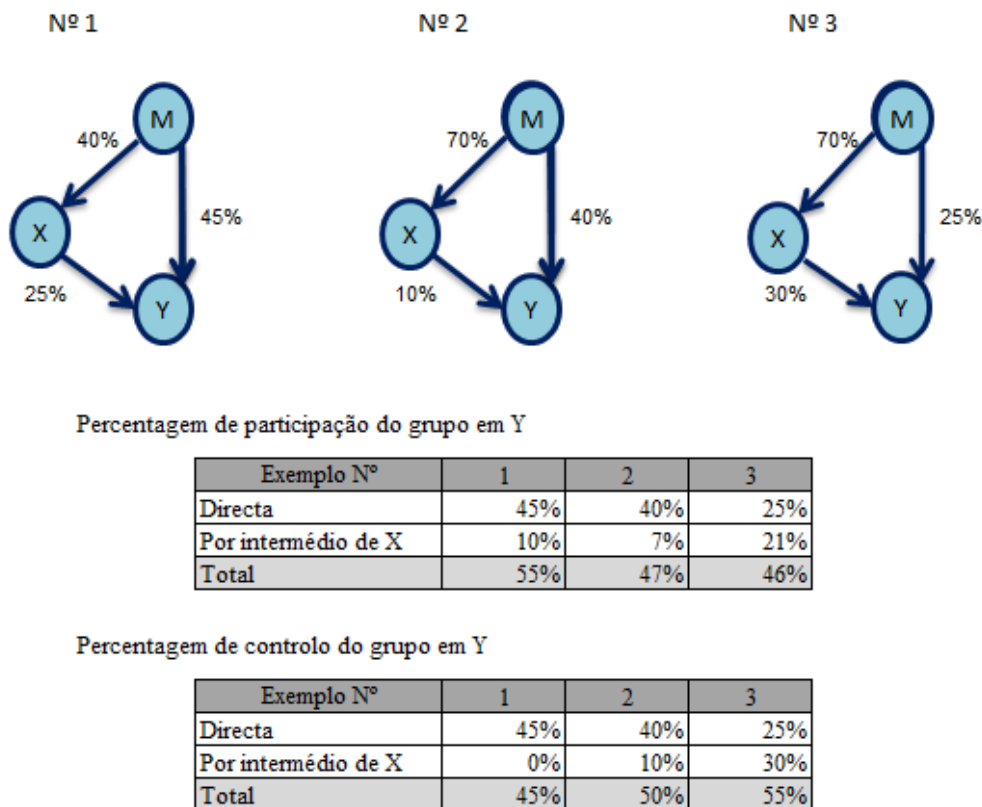
As participações permanentes podem ser classificadas como sendo: investimentos em subsidiárias, investimentos em associadas, investimentos em entidades conjuntamente controladas e investimentos noutras empresas.

O enquadramento de uma participação financeira permanente nas referidas classes, dependente da percentagem de controlo ou influência significativa que a entidade exerce sobre a participada.

### 2.4.1.1. Percentagem de participação e de controlo

A participação de uma empresa no capital de outra pode ser feita de forma directa ou indirecta. Quando a participação é de forma directa, as percentagens de participação e de controlo são iguais, no entanto são divergentes quando a participação é indirecta.

Na figura seguinte ilustra-se as percentagens de participação e de controlo de uma empresa noutra:



**Figura 3** - Percentagem de participação e de controlo

**Fonte:** Adaptado pelo autor

*Controlo* é o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa de forma a beneficiar das suas actividades (§ 4 da NRF 23). O controlo é obtido com mais de 50% dos direitos de voto na empresa participada.

*Influência significativa* é o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da empresa mas não controlo dessas políticas (§ 4 da NRF

23). Considera-se que uma entidade exerce influência significativa, quando a entidade detém mais de 20% dos direitos de voto da associada.

O quadro seguinte evidencia os métodos de contabilização das participações financeiras estratégicas nas contas individuais e consolidadas da empresa participante.

**Tabela 2** - Métodos de contabilização das participações financeiras

Controlo / Influência	Investimentos Financeiros	Mensuração	
		Nas contas individuais	Nas contas consolidadas
Controlo exclusivo	Em subsidiárias	Método de equivalência patrimonial	Método de consolidação integral
Controlo conjunto	Em associadas	Método de equivalência patrimonial	Método de equivalência patrimonial
Influência significativa	Em entidades conjuntamente controladas	Método de consolidação proporcional ou método de equivalência patrimonial	Método de consolidação proporcional
Sem influência significativa	Outras	Justo valor ou Custo	Justo valor ou Custo

**Fonte:** Adaptado pelo autor

#### **2.4.1.2. Investimentos em subsidiárias**

O tratamento contabilístico para os investimentos em subsidiárias está prescrito na NRF 25 – Investimentos em subsidiárias e Consolidação.

O investidor reconhece um investimento como sendo em uma subsidiária se detiver o controlo da empresa investida, ou seja, se controlar as políticas financeiras e operacionais da investida.

Segundo a NRF 25, a empresa-mãe deve, nas contas individuais, valorizar os investimentos em subsidiárias pelo método de equivalência patrimonial, devendo nas contas consolidadas mensurar as suas participações pelo método de consolidação integral.

#### **2.4.1.3. Investimentos em entidades conjuntamente controladas**

O tratamento contabilístico para os investimentos em entidades conjuntamente controladas está prescrito na NRF 23 – Interesse em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.



Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade em que o controlo é partilhado pelos empreendedores, mediante um acordo contratual onde se estabelece o controlo conjunto sobre a actividade económica da entidade (§15 da NRF 23).

Controlo conjunto é a partilha de controlo, acordada contratualmente, de uma actividade económica, e existe apenas quando as decisões estratégicas financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo (§4 da NRF 23).

O empreendedor reconhece um investimento como sendo numa entidade conjuntamente controlada, se o controlo da empresa investida, for partilhada com um ou mais parceiros, mediante um acordo contratual.

Segundo a NRF 23, um empreendedor pode reconhecer o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional.

De acordo com a NRF 23, a mensuração dos investimentos em entidades conjuntamente controladas, pode ser sintetizado como se segue:

**Tabela 3** - Mensuração dos investimentos em entidades conjuntamente controladas

Obrigatório apresentar contas consolidadas	Mensuração	
	Nas contas individuais	Nas contas consolidadas
Sim	Método de equivalência patrimonial	Método de consolidação proporcional
Não	Método de consolidação proporcional	N/A

**Fonte:** Adaptado pelo autor

#### **2.4.1.4. Investimentos em associadas**

O tratamento contabilístico para os investimentos em associadas está prescrito na NRF 23 – Interesse em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.

O investidor reconhece um investimento como sendo em uma associada se exercer influência significativa na empresa investida. Presume-se que o investidor tenha influência significativa na investida, se detiver, de forma directa ou indirectamente 20% ou mais dos direitos de voto na investida.

A existência de influência significativa por parte de um investidor é geralmente evidenciada pela representação no órgão de gestão da investida; pela participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições; por transacções materiais entre o investidor e a investida; por intercâmbio de pessoal de gestão; pelo fornecimento de informação técnica essencial. O investidor perde influência significativa sobre a investida quando deixa de ter o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida (§§ 20 a 22 da NRF 23).

Segundo a NRF 23, o investidor deve contabilizar um investimento em uma associada pela aplicação do *método de equivalência patrimonial* nas contas individuais como também nas contas consolidadas, devendo descontinuar o uso do método a partir da data em que perder a influência significativa sobre a associada.

#### **2.4.2. Consolidação de contas**

A consolidação de contas é um processo contabilístico que consiste em agregar as contas de uma empresa-mãe com as das suas subsidiárias, de modo a que as contas resultantes representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e apresentando apenas os resultados das operações que as empresas do grupo tiverem com terceiros.

A consolidação de contas pode ser feita por fases ou então de forma directa. A consolidação por fases é aplicável quando existem *sub-holdings* que prepara contas que são utilizadas para uma consolidação a nível mais elevado. A consolidação directa é efectuada quando não exista razões para subconsolidações, no entanto esta técnica é mais propício a possíveis erros.

Segundo Rodrigues (2009, p.628), as contas das empresas a incluir na consolidação deverão reportar-se à mesma data das demonstrações financeiras da empresa-mãe, no entanto é aceitável a utilização de contas com datas anteriores, desde que não excedendo três meses. Esta situação pode facilitar o processo de consolidação, no entanto se ocorrer transacções significativas até a data das contas da empresa-mãe, o efeito dessas transacções devem ser divulgadas.

O tratamento contabilístico da consolidação de contas encontra-se normalizado na NRF 24 – Investimentos em associadas e consolidação.

#### **2.4.2.1.Utilidade da consolidação de contas**

Segundo Rodrigues (2009, p. 624), a elaboração de contas consolidadas propicia uma fonte de informação interna e externa incalculável.

Pode destacar-se os seguintes aspectos na informação proporcionada pelas demonstrações financeiras consolidadas:

- Permite uma visão global da situação económico-financeira do grupo;
- Permite apreciar a *performance* de cada unidade de negócio, o contributo para o resultado, para as necessidades de financiamento, para o *cash-flow* gerado, para o activo total do grupo, entre outros;
- Permite uma melhor aplicação dos recursos financeiros do grupo;
- Contribui para a normalização contabilística através da uniformização de princípios contabilísticos;

Para Rodrigues (2009, p.624), a informação consolidada, destina-se preferencialmente aos accionistas da empresa-mãe, e pretende proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo.

#### 2.4.2.2.Métodos de consolidação

O quadro seguinte evidencia os métodos de consolidação de contas de acordo com cada tipo de investimento.

**Tabela 4 - Métodos de consolidação de contas**

Tipo de investimento	Método de consolidação
Em subsidiárias	Consolidação integral
Em entidades conjuntamente controladas	Consolidação proporcional
Em associadas	Método de equivalência patrimonial
Outras	Justo valor ou Custo

**Fonte:** Adaptado pelo autor

Segundo Rodrigues (2009, p.630) um investimento numa empresa deve ser consolidado ao custo ou ao justo valor, desde a data em que deixe de ser uma subsidiária e não se torne numa associada, ou entidade conjuntamente controlada.

##### 2.4.2.2.1. Método de consolidação integral

Segundo Rodrigues (2009, p. 626), o método de consolidação integral consiste na integração nas demonstrações financeiras da empresa-mãe, dos elementos respectivos dos balanços e das demonstrações de resultados das empresas consolidadas, evidenciando os interesses minoritários, caso existam.

O método de consolidação integral deve ser aplicado na consolidação de investimentos em subsidiárias, sendo que as orientações para a aplicação deste método estão prescritas na NRF 25 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação.

##### 2.4.2.2.2. Método de consolidação proporcional

Segundo Rodrigues (2009, p. 627), por este método, deve-se somar linha a linha os activos, passivos, rendimentos e gastos da empresa participada na proporção da sua

participação. De seguida, eliminar a quantia escriturada da participação financeira com a quota-parte da empresa-mãe no capital próprio de cada subsidiária e reconhecer o *goodwill* ou *negative goodwill*.

Neste método não existem interesses minoritários, uma vez que foi adicionada às DF da empresa-mãe apenas a sua proporção nos activos, passivos, rendimentos e gastos na participada.

O método de consolidação proporcional deve ser aplicado na consolidação de investimentos em entidades conjuntamente controladas, sendo que as orientações para a aplicação deste método estão prescritas na NRF 23 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas.

#### **2.4.2.2.3. Método de equivalência patrimonial**

O método de equivalência patrimonial é um método de contabilização de investimentos financeiros, que estabelece que o registo inicial deve ser efectuado pelo custo, devendo posteriormente ser ajustado em função das alterações verificadas no capital próprio da participada, na proporção da quota-parte do investidor. O resultado líquido da investida ou entidade conjuntamente controlada deve ser reconhecido pela quota-parte dos resultados nas contas do investidor (§4 da NRF 23).

Para Rodrigues (2009, p. 627), o método de equivalência patrimonial consiste em substituir o valor da participação financeira pela quota-parte do grupo no justo valor dos capitais próprios da detida. Não se reconhecem os activos, passivos, rendimentos e gastos da empresa detida, sendo a evolução daquelas participações reconhecidas através de uma linha da DR “Ganhos em associadas” ou “Perdas em Associadas” e no Balanço, na rubrica Participações financeiras.

Segundo Borges e Macedo (2007, p.45), o objectivo do MEP é fazer corresponder ao valor da participação financeira, adquirida pela participante e registada na conta de Investimentos financeiros, o valor contabilístico, ou patrimonial, da sociedade participada multiplicada pela percentagem de participação da sociedade adquirente.

O método de equivalência patrimonial é aplicado nas contas individuais do investidor, relativamente aos investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e, por opção, em entidades conjuntamente controladas.

#### **2.4.2.3. Operações de pré-consolidação**

O processo de consolidação de contas envolve normalmente muitas pessoas e empresas, pelo que deve previamente bem organizado. Neste sentido deve-se: elaborar um manual de consolidação; seleccionar o método de consolidação a aplicar a cada empresa; conciliar as contas inter-grupo; rever os principais critérios valorimétricos utilizados, sua homogeneização e consistência.

##### **2.4.2.3.1. Definição do perímetro de consolidação**

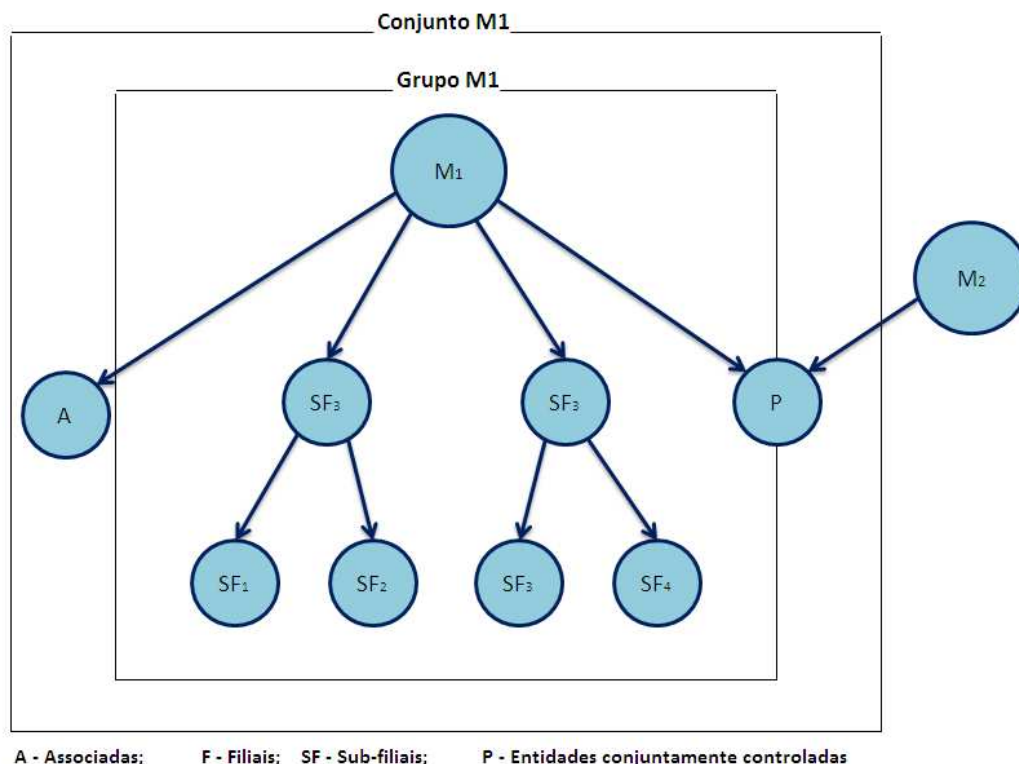
A definição do perímetro de consolidação é uma das primeiras tarefas a ser efectuada no âmbito do processo de consolidação de contas.

Para Rodrigues (2009, p.625), entende-se por perímetro de consolidação o conjunto de todas as empresas que serão englobadas na consolidação, e também a identificação dos correspondentes métodos de integração.

Para Lopes (2010, p.67), perímetro de consolidação é a identificação concreta de quais as empresas a incluir na consolidação.

Neste sentido deve ser elaborado um organograma do grupo, onde devem ser identificadas as empresas a serem consolidadas, assim como as respectivas percentagens de participação. O conjunto das empresas a consolidar compreende: subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas.

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de organograma do conjunto das empresas a serem consolidadas:



**Figura 4** - Organograma do perímetro de consolidação

Notas:

- O grupo de empresas a consolidar é constituído pela empresa-mãe e empresas em que esta detém o controlo, ou seja as subsidiárias (filiais e sub-filiais);
- A empresa P é uma entidade conjuntamente controlada, portanto é consolidada pelo método da consolidação proporcional;
- A empresa A é uma associada, e não faz parte do grupo M1, pelo que está fora do perímetro de consolidação.

#### 2.4.2.3.2. Uniformização de princípios contabilísticos e critérios de valorimetria

As contas consolidadas, devem ser preparadas utilizando políticas contabilísticas uniformes para transacções idênticas e outros acontecimentos em circunstâncias semelhantes. Quando uma empresa adopta políticas contabilísticas diferentes das da

empresa-mãe, devem ser feitos ajustamentos apropriados às suas demonstrações financeiras quando estas forem utilizadas na preparação de contas consolidadas.

#### **2.4.2.3.3. Conversão cambial**

Quando o grupo inclui empresas localizadas no estrangeiro, cujas contas estão expressas nas moedas dos países em que operam, estas contas terão de ser convertidas para a moeda da empresa-mãe. A transposição das DF para a *moeda funcional*<sup>13</sup> da empresa-mãe pode ser efectuada pela aplicação do método temporal ou do custo histórico, ou pelo método corrente ou da taxa de câmbio de fecho.

- **Método temporal ou do custo histórico**

Por este método: os elementos monetários são convertidos ao câmbio da data de fecho; os activos e passivos não monetários são convertidos ao câmbio da transacção; as rubricas dos resultados são convertidos ao câmbio médio do ano, excepto as amortizações e provisões que são convertido aos câmbios utilizados para os respectivos activos; as diferenças de câmbio resultantes dos procedimentos anteriores são reconhecidas nos resultados do período. Segundo Lopes (2010, p.81), o método temporal é mais adequado à contabilidade baseada no custo histórico.

- **Método corrente ou da taxa de câmbio de fecho**

Por este método: os activos e passivos são transpostos ao câmbio em vigor na data do Balanço; os rendimentos e gastos são transpostos às taxas de câmbio na data das transacções ou a taxa de câmbio médio do período; as diferenças de câmbio resultantes dos procedimentos anteriores são reconhecidas como um componente separado dos capitais próprios.

De acordo com a NRF 20 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio, as DF devem ser transpostas para a moeda funcional da empresa-mãe pela aplicação do método corrente ou da taxa de câmbio de fecho.

---

<sup>13</sup> Moeda funcional é a moeda do ambiente económico principal no qual a entidade opera (§8 da NRF 20)



#### **2.4.2.3.4. Conciliação de contas correntes**

É necessário conciliar as contas-correntes entre as empresas do grupo, uma vez que os saldos e transacções entre as empresas a serem consolidadas serão eliminadas no processo de consolidação.

#### **2.4.2.4. Operações de consolidação**

Após a conclusão das operações de pré-consolidação, homogeneização das contas das empresas incluídas na consolidação, passa-se as operações de consolidação de propriamente ditas, visando a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

A consolidação integral consiste, fundamentalmente em:

- Adicionar linha a linha todos os elementos das demonstrações financeiras das subsidiárias (activos, passivos, rendimentos e gastos) a 100%;
- Eliminar a quantia escriturada da participação financeira em cada subsidiária, assim como a parte da empresa-mãe no capital próprio de cada subsidiária e reconhecer o *goodwill* ou *negative goodwill*;
- Reconhecer os interesses minoritários sobre os capitais próprios e sobre os resultados.
- Eliminar por inteiro os saldos, transacções, rendimentos e gastos intra-grupo.

## **CAPÍTULO III – PRÁTICAS DE CONTABILIZAÇÃO DO *GOODWILL* NA TECNICIL SGPS, SA**

### **3.1. Metodologia**

A metodologia utilizada na realização do trabalho, baseou-se essencialmente em pesquisa documental bibliográfica, em consultas na *Internet* para a formulação e fundamentação teórica acerca dos principais assuntos a serem desenvolvidos, assim como em encontros periódicos com o orientador deste trabalho.

Nesta parte prática, para além dos contactos mantidos com a Administração e com os colaboradores da empresa objecto do estudo, foram também recolhidas, por correio electrónico e outros meios afins, as informações produzidas, designadamente:

- Relatórios e contas das empresas do grupo;
- Análise das políticas e procedimentos contabilísticos adoptados; e
- Conversas informais com, especialistas, auditores e contabilistas certificados na praça.

### **3.2. Caracterização da entidade em estudo - a TECNICIL SGPS**

#### **○ Missão**

- Oferecer qualidade de vida superior, com uma intervenção estratégica no sector do turismo e nos sectores a montante e a jusante;
- Cultura de reforço de rentabilidade dos capitais investidos e a defesa da imagem de solidez;
- Desenvolver capacidade para criar valor, conduzindo os negócios a posições de liderança em todos os segmentos onde opera;
- Optimizar formas de organização do trabalho, através de uma revisão crítica permanente, assente na atitude criativa.

○ **Valores**

- Tratar os clientes de acordo com as melhores práticas e recomendações internacionais, garantindo a sua satisfação total;
- Empenhar para ser o promotor/operador com mais baixos custos, procurando a satisfação dos accionistas;
- Promover as mudanças necessárias em tempo útil;
- Motivar os colaboradores, recompensando o mérito e penalizando o demérito;
- Cumprir as normas e regulamentos aplicáveis à actividade do Grupo e observância das práticas concorrenciais.

○ **Perfil Corporativo**



**Figura 5 - Grupo TECNICIL**

**Fonte:** Relatório e Contas TECNICIL SGPS, SA (2009)

A TECNICIL SGPS, SA foi criada por escritura pública de 18 de Dezembro de 2007, com um capital social de cinco milhões de escudos. Tem por objecto social a gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício de actividades económicas, e a aquisição, oneração, alienação de participações em quaisquer outras sociedades. É uma *Holding* que controla e gere activamente uma carteira de empresas, divididas em 6 (seis) unidades de negócio: Imobiliária, Industria, Trading, Construções, Hotelaria e Entertainment.

Em termos de produtos, a TECNICIL tem contribuído significativamente para a introdução de produtos inovadores no mercado cabo-verdiano.

A estrutura accionista é sólida, com uma gestão coesa e estruturada apoiada em equipas bem preparadas, motivadas e experientes.

O modelo de Governo adoptado mantém a separação de poderes entre o conselho de Administração e a Comissão Executiva ou o Administrador Delegado, assente em quatro pilares básicos: Eficácia, simplicidade, transparência, e rigor.

### 3.3. O processo de aquisição das participadas

Dada a dimensão do negócio e suas características próprias, foi criada a TECNICIL SGPS que, por acordo dos sócios, procedeu-se à compra das empresas: Tecnicil Indústria, Tecnicil Construções, Tecnicil Trading, Tecnicil Entertainment, Tecnicil Hotéis & Resorts, nas seguintes condições em 30 de Junho de 2008:

**Tabela 5** - Dados da aquisição das participadas

<b>Empresa Participada</b>	<b>Preço Aquisição</b>	<b>Valor Capital Próprio em 30.06.08</b>	<b>Percentagem participação</b>
Tecnicil Imobiliaria	1.000.000	586.606	100%
Tecnicil Industria	144.697	156.636	100%
Tecnicil Trading	50.000	45.715	100%
Tecnicil Construções	80.000	68.566	100%
Tecnicil Hotéis & Resorts	5.000	-11.378	100%
Tecnicil Entertainment	11.047	11.047	100%
	<b>1.290.744</b>	<b>857.192</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

### 3.4. O Tratamento contabilístico

De seguida passamos a demonstrar o tratamento contabilístico da concentração, nas contas da TECNICIL SGPS, SA, como o reconhecimento inicial da aquisição das participadas em 30 de Junho de 2008 (data de aquisição) e os ajustamentos efectuados às contas derivados da transição para o SNCRF em 1 de Janeiro de 2009, a mensuração subsequente do *Goodwill*, bem como as divulgações.

#### 3.4.1. O reconhecimento inicial da aquisição das participadas

Em 30 de Junho de 2008, a TECNICIL SGPS, SA, adquiriu a totalidade do capital próprio das participadas (Tecnecil Imobiliária, Tecnecil Industria, Tecnecil Trading, Tecnecil Construções, Tecnecil Hotéis & Resorts e Tecnecil Entertainment) pelo valor de 1.290.744 mil escudos.

Na data de aquisição, foi contabilizado o valor de aquisição na conta 41 - participações financeiras, não tendo sido reconhecido um *Goodwill*.

O quadro a baixo demonstração a contabilização inicial da operação em 30 de Junho de 2008.

**Tabela 6** - Nota de lançamento - Registo inicial da aquisição das participadas

Descrição	Débito	Crédito
41 - Participações de capital - Tecnecil Imobiliaria	1 000 000	
41 - Participações de capital - Industria	144 697	
41 - Participações de capital - Tecnecil Trading	50 000	
41 - Participações de capital - Tecnecil Construções	80 000	
41 - Participações de capital - Hoteis & Resorts	5 000	
41 - Participações de capital - Tecnecil Entertainment	11 047	
a 25 - Accionistas		1 290 744
<b>Total</b>	<b>1 290 744</b>	<b>1 290 744</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

### 3.4.2. Os ajustamentos de transição para o SNCRF em 1 de Janeiro de 2009

Com entrada em vigor do novo normativo contabilístico cabo-verdiano (SNCRF), em 01 de Janeiro de 2009, procedeu-se a correcção do registo inicial da concentração de actividades empresariais, tendo sido reconhecido o *Goodwill* resultante da operação. Nas demonstrações financeiras de 2009, foi reexpresso a informação comparativa de 2008, com as devidas correcções, de acordo a NRF 3 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

O quadro seguinte demonstra os movimentos de correcção efectuados em 01 de Janeiro de 2009.

**Tabela 7** - Nota de lançamento - Ajustamentos de transição para o SNCRF

Descrição	Débito	Crédito
41 - Participações de capital	868 570	
44 - Trespasse (goodwill)	445 491	
29 - Provisão riscos e encargos		11 378
a 78 - Ganhos (negative goodwill)		11 938
a 41 - Participações de capital - método equivalência patrimonial		1 290 744
<b>Total</b>	<b>1 314 061</b>	<b>1 314 061</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

- Registo na conta 41 – Participações de capital – método de equivalência patrimonial, o valor correspondente a percentagem de participação (100%) no capital das subsidiárias. Como a TECNICIL SGPS tem o controlo das participadas, contabiliza as participações financeiras nas suas contas individuais pelo método de equivalência patrimonial e nas contas consolidadas pelo método da consolidação integral;
- Registo na conta 44 – Trespasse (*Goodwill*), o valor do *Goodwill* que correspondente ao excesso do custo da concentração (valor de aquisição) acima do interesse da adquirente (TECNICIL SGPS) no valor das empresas adquiridas;

- Registo na conta 78 – Ganhos - *Negative Goodwill*, o valor do *Goodwill* negativo, derivado do custo de aquisição ser inferior ao valor da empresa adquirida (TECNICIL Indústria);
- Registo na conta 29 – Provisões para riscos e encargos, pelo valor do capital próprio (negativo) da TECNICIL Hotéis & Resorts na data de aquisição.

### **3.4.3. A mensuração subsequente**

A TECNICIL SGPS, deve após o reconhecimento inicial, mensurar o *Goodwill* pelo seu custo deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumulada.

Como o *Goodwill* é um activo que não é capaz, de forma isolada, de gerar fluxos de caixa, para o efeito de teste da sua imparidade ele é imputado às UGC da adquirida dos quais se espera que beneficiem das sinergias da concentração, independentemente de outros activos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGC ou grupos de UGC.

Para determinar se o *Goodwill* se encontra em imparidade, a entidade deve comparar a quantia escriturada da UGC, incluindo o *Goodwill*, com a sua quantia recuperável. Se a quantia escriturada da UGC for superior a sua quantia recuperável, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade. As perdas por imparidade devem ser imputadas para reduzir a quantia escriturada dos activos da UGC, sendo que se deve reduzir em primeiro lugar o *Goodwill* imputado a UGC ou grupo UGC, e posteriormente o valor dos outros activos da UGC ou grupo de UGC.

As perdas por imparidade do *Goodwill* não podem ser revertidas em períodos subsequentes, por se considerar que qualquer aumento na quantia recuperável do *Goodwill* é provável que seja um aumento no *Goodwill* gerado internamente, sendo que estes não se qualificam para reconhecimento nas demonstrações financeiras.

A TECNICIL SGPS, não registou quaisquer perdas por imparidade do *Goodwill* em 31 de Dezembro de 2009. Caso se registar perdas, a contabilização do reconhecimento de perdas por imparidade deverá ser a seguinte:

**Tabela 8** - Nota de lançamento - Perdas por imparidade

Descrição	Débito	Crédito
65 - Perdas por imparidade - em activos intangíveis	X	
a 44 - Perdas por imparidade acumulada		X
<b>Total</b>		

**Fonte:** Adaptado pelo autor

#### 3.4.4. As divulgações

Segundo a NRF 24, a adquirente deve divulgar informação que permita aos utentes das DF avaliar a natureza efeito financeiro das concentrações de actividades empresariais ocorridas no período ou após a data de balanço mas antes de as DF receberem autorização para emissão. Neste sentido deve divulgar-se o seguinte:

- A denominação social e descrições das entidades concentradas;
- A data de aquisição;
- A percentagem de instrumentos de capital próprio adquiridos com direito de voto;
- O custo da concentração e uma descrição dos componentes desse custo;

Relativamente ao *Goodwill* deve divulgar-se ainda uma reconciliação da quantia escriturada do *Goodwill* no início e no final do período evidenciando separadamente:

- A quantia bruta e as perdas por imparidade acumuladas no início do período;
- O novo *Goodwill* reconhecido no período;
- Os ajustes efectuados no período derivados do reconhecimento posterior de activos por impostos diferidos;
- As perdas por imparidade reconhecidas durante o período;
- Outras alterações na quantia escriturada durante o período;
- A quantia bruta do *Goodwill* e as perdas por imparidade acumuladas ao fim do período.
- Uma descrição da unidade geradora de caixa (UGC) que contém o *Goodwill*;



- Uma descrição dos critérios utilizados para determinar a quantia recuperável;
- Uma descrição das estimativas usadas na mensuração das quantias recuperáveis de UGC que contém *Goodwill*.

O quadro seguinte evidencia as divulgações efectuadas no âmbito da aquisição das participadas:

**Tabela 9** - Divulgações das concentrações de actividades empresariais ocorridas

Entidade adquirida	Data aquisição	% controlo	Valor aquisição
TecniciL Imobiliária	30/06/2008	100%	1.000.000
TecniciL Indústria	30/06/2008	100%	144.697
TecniciL Trading	30/06/2008	100%	50.000
TecniciL Construções	30/06/2008	100%	80.000
TecniciL Hotéis & Resorts	30/06/2008	100%	5.000
TecniciL Entertainment	30/06/2008	100%	11.047
			<b>1.290.744</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

O quadro seguinte evidencia as divulgações efectuadas relativamente ao *Goodwill* adquirido na concentração:

**Tabela 10** - Divulgações do *Goodwill* adquirido na concentração

UGC	Goodwill início do período	Imparidade início do período	Goodwill reconhecido no período	Ajustes impostos diferidos	Imparidade do período	Goodwill fim do período	Imparidade do período
TecniciL Imobiliária	413.394	0	0	0	0	413.394	0
TecniciL Trading	4.285	0	0	0	0	4.285	0
TecniciL Construções	11.434	0	0	0	0	11.434	0
TecniciL Hotéis & Resorts	16.378	0	0	0	0	16.378	0
	<b>445.491</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>445.491</b>	<b>0</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

### 3.5. Os resultados obtidos

A parte prática deste trabalho encontra-se sustentada pela utilização do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) que é um dos métodos de contabilização de

investimentos financeiros classificado na conta 41- Investimentos Financeiros e reflecte a real conjuntura da situação líquida da detida, ou seja, com o Método de Equivalência Patrimonial a conta 41 – Investimentos Financeiros, é ajustada pelas variações percentuais ocorridas na situação líquida das empresas participadas.

Como se pode analisar nas demonstrações financeiras as variações negativas na situação líquida da detida implicaram um decréscimo da conta investimentos financeiros e uma variação positiva na situação líquida da detida implica um acréscimo da conta 41, assim, este método demonstra que a conta de investimentos financeiros reflecta em percentagem a situação líquida da empresa detida.

Da utilização do Método de Equivalência Patrimonial, aquando da aquisição, decorreu a existência de um *Goodwill*. Tratando-se no caso de um *Goodwill* implícito no custo de aquisição dos investimentos financeiros.

Explica-se que razão de ser deste *Goodwill* enquadra-se na expectativa que a empresa tem acerca dos lucros anormais da empresa adquirida, resultando este da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor de mercado, e conforme com Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro a sua mensuração dependerá do respectivo teste de imparidade dos activos associados, com periodicidade anual.

### **3.6. Considerações gerais**

O quadro abaixo ilustra a operação de concentração realizada pela TECNICIL SGPS com a aplicação do SNCRF no seu tratamento contabilístico.

**Tabela 11** - Calculo do *Goodwill* (*Negative Goodwill*) na aquisição das participadas

TECNICIL SGPS, SA

Milhares de escudos

CALCULO DO GOODWILL NA AQUISIÇÃO DAS PARTICIPADAS						
Empresa Participada	Preço Aquisição	Valor Capital Próprio em 30.06.08	Diferença de aquisição	Diferença de avaliação	Goodwill	Negative Goodwill
TecniciI Imobiliaria	1.000.000	586.606	413.394	0	413.394	0
TecniciI Industria	144.697	156.636	-11.938	0	0	11.938
TecniciI Trading	50.000	45.715	4.285	0	4.285	0
TecniciI Construções	80.000	68.566	11.434	0	11.434	0
TecniciI Hoteis & Resorts	5.000	-11.378	16.378	0	16.378	0
TecniciI Entertainment	11.047	11.047	0	0	0	0
	<b>1.290.744</b>	<b>857.192</b>	<b>433.553</b>	<b>0</b>	<b>445.491</b>	<b>11.938</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Grupo TECNICIL (2008/2009)

Passamos a fazer algumas considerações relativamente a contabilização da operação:

- **Testes de imparidade do *Goodwill***

A NRF 24 exige que o *Goodwill* seja testado quanto a imparidade com periodicidade anual. Para tal, deve ser feita uma avaliação das empresas adquiridas, para apurar se o *Goodwill* se encontra em imparidade. Tal procedimento não foi efectuado em 31 de Dezembro de 2009, sendo que o reconhecimento de perdas por imparidade do *Goodwill* pode ter impacto significativo nos resultados da TECNICIL SGPS, dependendo do resultado da referida avaliação.

- **Avaliação dos activos e passivos adquiridos na concentração**

A NRF 24 determina que todas as concentrações de actividades empresariais devem ser contabilizadas pelo método de compra, devendo os activos e passivos adquiridos serem avaliados ao justo valor.

Como não se efectuou a avaliação dos activos e passivos adquiridos, as possíveis diferenças de avaliação encontram-se incorporados no *Goodwill*.

- **Reconhecimento de impostos diferidos**

Também pelo facto de não se ter avaliado os activos e passivos ao justo valor, e consequentemente o não reconhecimento de diferenças de avaliação, não se registou um imposto diferido, pelo efeito fiscal nas diferenças de avaliação. Tais impostos diferidos resultam do facto da base fiscal ser diferente da base contabilística.

## **CAPITULO IV - CONCLUSÃO**

### **4.1. Contribuição para a comunidade académica e profissional**

Para a comunidade académica, poderá ser mais um elemento de consulta para quem se interessar pela matéria ou que pretenda aprofundar e investigar mais sobre o tema em causa.

Para os profissionais da área, esperamos que obtenham algum proveito do trabalho desenvolvido, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade do relato financeiro das concentrações de actividades empresariais.

### **4.2. Limitações encontradas**

No desenvolvimento deste trabalho deparamos com algumas dificuldades, tais como, o facto de sermos trabalhador/estudante, reduzindo a disponibilidade de tempo; limitação bibliográfica para consulta na biblioteca do ISCEE, poucas possibilidades de pesquisa e de aquisição de obras no mercado nacional, bem como, limitação no acesso a publicações de apontamentos técnicos relacionados com o tema. A limitação do número de páginas também nos impossibilitou de aprofundar informações relevantes sobre o tema.

### **4.3. Sugestões para outros trabalhos similares**

Cientes da aprendizagem adquirida, perante o estudo aturado desta matéria, leva-nos a sugerir que muitos outros temas sejam objectos de trabalhos futuros, destacando-se:

- Impostos diferidos resultantes de uma concentração de actividades empresariais;
- Testes de imparidade do *Goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais;
- A tributação pelo resultado consolidado;
- O que representa o *Goodwill* e seu tratamento contabilístico: aspectos das NRF 6, NRF 17 e NRF 24;

#### 4.4. Principais conclusões

O objectivo principal deste trabalho foi o de aplicar o novo normativo contabilístico cabo-verdiano (SNCRF) no tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais.

Atento ao fenómeno da globalização das economias mundiais, Cabo Verde introduziu o regime jurídico para as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) com o objectivo de criar condições favoráveis ao surgimento de Grupos económicos, enquanto instrumentos adequados para o fortalecimento do tecido empresarial cabo-verdiano.

Também na perspectiva de internacionalização da economia nacional, foi introduzido o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), visando a harmonização das normas contabilísticas nacionais com as normas internacionais, entendida como um importante factor de competitividade.

Numa primeira linha, concluímos que o SNCRF veio melhorar a qualidade do relato financeiro em Cabo Verde, proporcionando uma informação útil aos utentes na tomada de decisões a nível mundial.

Do estudo efectuado, também concluímos que o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro veio introduzir profundas alterações no tratamento contabilístico das concentrações de actividades empresariais, tais como:

- Estabelece como único método de contabilização de uma concentração de actividades empresariais o método da compra, devendo os activos e passivos adquiridos serem mensurados ao justo valor.
- Estabelece o reconhecimento de um *Goodwill* pelo excesso do custo da concentração, sobre o interesse no justo valor dos activos e passivos adquiridos.
- Estabelece a não amortização do *Goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais e em vez disso a realização anualmente de teste de imparidade.

Em conclusão final, podemos confirmar que o tratamento contabilístico da concentração de actividades empresariais empreendida pela TECNICIL SGPS está de acordo com os procedimentos prescritos no novo normativo contabilístico cabo-verdiano.

## **BIBLIOGRAFIAS**

### **Livros**

ALMEIDA, Rui M.P. *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro - SNCRF - de Cabo Verde*. ATF - Edições Técnicas, 2009.

ALMEIDA, Rui M.P.; DIAS, Ana Isabel; CARVALHO, Fernando P.M. *O novo Sistema de Normalização Contabilística – SNC Explicado*. ATF - Edições Técnicas, 2009.

BORGES, António; MACEDO, João Carlos M. de. *Sociedades Gestoras de Participações Sociais*. Lisboa: Áreas Editora, 2007.

LOPES, Carlos António Rosa. *Consolidação de Contas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

MARTINS, António. *Justo Valor e Imparidade em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis - Aspectos Financeiros, Contabilísticos e Fiscais*. Editora Almedina, 2010.

RODRIGUES, Azevedo. *Práticas de consolidação de Contas*. 2ª Ed. Lisboa: Áreas Editora, 2002.

RODRIGUES, João. *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora, 2009.

SILVA, F.V. Gonçalves da; PEREIRA, J.M.Esteves; Rodriguês, Lúcia Lima. *Contabilidade das Sociedades*. 12º Ed. Lisboa: Paralelo Editora, SA, 2006.

### **Artigos em revistas**

LOPES, Carlos António Rosa. *As recentes alterações das normas contabilísticas no âmbito da concentração de actividades empresariais (SNC e IFRS)*. TOC 117 – Dezembro de 2009.

MARQUES, Maria. *As concentrações de actividades empresariais segundo a IFRS 3*. Revisores e Auditores Jul/Set 2007.



MONTIEL, Maria; LAMAS, Fernando. *Normativo contabilístico internacional e o Goodwill nas concentrações de actividades empresariais*. TOC 87 – Junho 2007.

SILVA, Sandrina. *Ajustamentos de consolidação decorrentes de transacções comerciais entre empresas industriais pertencentes ao mesmo Grupo Económico*. Revisores e Auditores Out/Dez 2007.

### **Legislação**

Decreto n.º 4/84, de 30 de Janeiro, que aprova o Plano Nacional de Contabilidade, abreviadamente designado por PNC.

Decreto-Lei n.º 3/99, de 29 de Março, que aprova o Código das Empresas Comerciais.

Decreto-Lei n.º 5/2008, de 04 de Fevereiro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Portaria n.º 49/2008, de 29 de Dezembro, que veio introduzir a implementação do novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Decreto-Lei n.º 58/2009, de 14 de Dezembro, que define o regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais designadas abreviadamente por SGPS.

### **Outros**

IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Jornal Oficial da União Europeia de 31 de Dezembro de 2004.

IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Jornal Oficial da União Europeia de 31 de Janeiro de 2008 (Revisto)

PwC Academy by PriceWaterhouseCoopers. *Formação em IFRS Fevereiro 2010*. Praia, 2010.

### **Sites pesquisados**

<http://www.oroc.pt/>

[http://www.gesbanha.pt/contabilidade\\_geral.html](http://www.gesbanha.pt/contabilidade_geral.html)

<http://www.iasb.org/Home.htm>

<http://www.fasb.org/home>

<http://www.cnc.min-financas.pt/>

<http://www.incv.gov.cv/>

# ANEXOS

## Anexo 1 - Balanço Consolidado TECNICIL SGPS (2008)

Código das contas	ACTIVO	Notas	Activo bruto	Provisões amortizações reintegrações	Activo líquido
11	<b>Disponibilidades:</b>				
12	Caixa		4.524		4.524
	Depósitos à ordem		233.042		233.042
		50 (2)	237.566		237.566
14	<b>Créditos a curto prazo:</b>				
211+216-218	Depósitos a prazo	50 (3)	372.386		372.386
213	Clientes, c/gerais	50 (4)	166.410	14.488	151.922
221	Clientes, c/letras e outros títulos a receber		0		0
229	Fornecedores, c/c		46.902		46.902
232	Adiantamento a fornecedores	50 (5)	565.283		565.283
231+233+234	Empréstimos ao Estado e outras entidades publicas		0		0
24	Outros empréstimos concedidos		1.678		1.678
251+253+257	Sector público estatal	50 (6)	94.392		94.392
252+254+258	Accionistas e associadas, c/gerais		0		0
26	Estado e outras entidades públicas, c/gerais		0		0
	Outros devedores	50 (7)	71.089	0	71.089
		46	1.318.140	14.488	1.303.652
	<b>Existências:</b>	50 (8)			
32	Mercadorias		112.959	0	112.959
33	Produtos acabados e semiacabados		269.205	599	268.606
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0	0	0
35	Produtos e trabalhos em curso		4.356.992	0	4.356.992
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		2.699.494	3.599	2.695.895
37	Embalagens comerciais retornáveis		0	0	0
		46	7.438.650	4.198	7.434.452
	<b>Créditos a médio e longo prazo</b>		0	0	0
	<b>Imobilizações financeiras:</b>				
411	Participações de capital em associadas		0	0	0
412	Participações de capital noutras empresas		0	0	0
413	Participações capital na própria empresa		0	0	0
415 a 418	Obrigações e outros títulos		0	0	0
419	Outras imobilizações financeiras		0	0	0
			0	0	0
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais		26.682	0	26.682
422	Edifícios e outras construções		272.552	22.531	250.022
423	Equipamentos básicos e outras máquinas e instalações		820.954	208.551	612.403
424	Ferramentas e utensílios		5.215	2.483	2.731
425	Material de carga e transporte		373.973	75.232	298.741
426	Equipamento administrativo social e mobiliário diverso		94.169	42.728	51.441
427	Taras e vasilhames		11.488	9.184	2.304
429	Outras imobilizações corpóreas		15.070	3.079	11.991
		27	1.620.103	363.788	1.256.315
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Trespases (Goodwill)		889.741	0	889.741
432	Propriedade industrial, outros direitos e contratos		0	0	0
433	Gastos de instalação e expansão		0	0	0
434-439	Outras imobilizações incorpóreas		11.275	3.113	8.162
		27	901.016	3.113	897.903
	<b>Imobilizações em curso:</b>				
441+442	Obras em curso		27.598		27.598
449	Imobilizações c/adiantamentos		5.889		5.889
		27	33.487		33.487
	<b>Custos antecipados:</b>				
27	Despesas antecipadas	50 (9)	1.512.685		1.512.685
471	Conservação plurienal		569		569
472 a 479	Outros custos plurienais		0		0
			1.513.254		1.513.254
	<b>Total das provisões</b>			18.687	
	<b>Total das amortizações e reintegrações</b>			366.901	
	<b>Total do activo</b>		13.062.216	385.588	12.676.628

Código das contas	PASSIVO	Notas	Passivo e Situação líquida
	<b>Débitos a curto prazo:</b>		
211	Clientes, c/gerais	50 (4)	2.703
219	Adiantamentos de clientes	50 (10)	274.904
221-228	Fornecedores, c/c	50 (11)	3.159.986
223	Fornecedores, c/letras e outros títulos a pagar		0
226	Fornecedores, c/facturas em recepção e conferência		880
235	Empréstimos bancários	50 (12)	321.507
236	Empréstimos de sócios e associadas		0
237	Empréstimos do estado e outras entidades públicas		0
238	Empréstimos por obrigações		0
239	Outros empréstimos obtidos		0
24	Sector público estatal	50 (6)	81.752
255+257	Accionistas e associadas, c/gerais		0
256+258	Estado e outras entidades públicas etatais, c/gerais		0
261	Credores p/fornecimentos de imobilizado,c/c	50 (13)	26.668
262	Credores p/fornec. de imob., c/letras out.titulos a pagar		72
263 a 269	Outros credores, c/gerais	50 (14)	646.186
28	Provisões para impostos sobre lucros		0
292	Provisões para riscos e encargos	46	418.719
			<b>4.933.377</b>
	<b>Débitos a médio e longo prazo:</b>		
221-228	Fornecedores, c/c	50 (11)	509.301
235	Empréstimos bancários	50 (12)	4.835.731
236	Empréstimos de sócios e associadas	50 (16)	487.930
238	Empréstimos por obrigações	50 (17)	750.000
269	Outros credores, c/gerais	50 (14)	636.100
			<b>7.219.062</b>
	<b>Proveitos antecipados:</b>		
27	Receitas antecipadas		3.803
			<b>3.803</b>
	<b>Total do passivo</b>		<b>12.156.242</b>
	<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>		
	<b>Capital e prestações suplementares:</b>		
52	Capital social	50 (1)	5.000
53	Prestações suplementares		0
			<b>5.000</b>
	<b>Reservas:</b>		
551	Reserva geral		0
553	Reserva para fins sociais		0
554	Reservas para investimentos		0
556	Reserva legal		0
557	Reserva reinvestidas		0
559	Reserva estatutárias		0
561	Reserva especiais-Subsídios de equipamento		0
562 a 569	Outras reservas especiais		0
57	Reserva de reavaliação de imobilizações		0
58	Reservas livres		0
			<b>0</b>
	<b>Resultados transitados:</b>		
591	Lucros acumulados		0
592	Prejuízos acumulados		0
			<b>0</b>
88	<b>Resultados líquidos:</b>		
	Resultados correntes do exercício		517.262
	Resultados extraordinários do exercício		-5.162
	Resultados de exercícios anteriores		3.286
	Resultados antes dos impostos		<b>515.386</b>
	Provisões p/impostos s/os lucros		0
	Resultados líquidos depois dos impostos		<b>515.386</b>
	<b>Total da situação líquida</b>		<b>520.386</b>
	<b>Total do passivo e da situação líquida</b>		<b>12.676.628</b>

## Anexo 2 – Demonstração dos Resultados Consolidado TECNICAL SGPS (2008)

Código das Contas		Notas	Deduções		
			em Compras		
32	Existências Iniciais				
36	Mercadorias				128.081
37	Mat.Primas,Subsid.e de Consumo				1.897.267
	Embalagens Com.Retornáveis				2.025.349
31/61	Compras				
311-17-18	Mercadorias		1.363.617		1.363.617
312-17-18	Mat.Primas,Subsid.e de Consumo		2.408.710	1.322	2.407.388
313-17-18	Embalagens Com.Retornáveis				3.771.005
38	Regularização de Existências				
382	Mercadorias				(1.378.728)
386	Mat.Primas,Subsid.e de Consumo				(131.927)
					(1.510.656)
32	Existências Finais				
36	Mercadorias				112.959
37	Mat.Primas,Subsid.e de Consumo				2.699.494
	Embalagens Com.Retornáveis				2.812.453
61	Custo das Exist.Vend. Consumidas	50 (18)			
611	Mercadorias		11		
612	Mat.Primas,Subsid.e de Consumo		1.473.234		1.473.245
613	Embalagens Com.Retornáveis				
62	Subcontratos	50 (19)	5.450.480		
63	Fornec.e Serviços de Terceiros	50 (20)	1.301.872		
641	Impostos Indirectos		51.723		6.804.075
642	Impostos Directos		2.395		
65	Despesas com o Pessoal	50 (21)	278.957		
66	Despesas Financeiras	44	368.630		
67	Outras Despesas e Encargos		3.404		653.387
68	Amort.e Reintegrações do Exercício	27	198.224		
69	Provisões do Exercício		93.374		291.598
	(A)		9.222.305		9.222.305
82	Perdas Extraord.do Exercício	45			44.994
83	Perdas de Exercícios Anteriores				9.509
28	Provisões para Impostos s/Lucros				
88	Resultados Líquidos				515.386
					9.792.194

Código das Contas		Notas	Deduções		
			em Vendas		
71	Vendas de Mercadorias e Produtos	50 (22)			
711	Mercadorias		1.467	32	1.435
712	Prod. Acabados e Semiacabados		6.332.321	238	6.332.084
			6.333.788	270	6.333.518
72	Prestações de Serviços		16.189	61	16.128
73	Trabalhos para a Própria Empresa	50 (23)			
	Variação de Produção				
	Existências Finais				
33	Prod.Acab.e Semiacabados		269.205		
34	Subprod.Desp.Resid.e Refugos				
35	Prod.e Trabalhos em Curso		4.356.992		4.626.197
	Regularização de Existências				
383	Prod.Acab.e Semiacabados		2.268		
384	Produtos e trab em curso		(54.260)		(51.992)
	Existências Iniciais				
33	Prod.Acab.e Semiacabados		(51.393)		
34	Subprod.Desp.Resid.e Refugos				
35	Prod. e Trabalhos em Curso	(1.354.783)		(1.406.176)	
	Aumento/Redução dos Produtos				
	Prod.Acab.e Semiacabados	220.080			
	Subprod.Desp.Resid.e Refugos	2.947.950		3.168.030	
	Prod. e Trabalhos em Curso				
74	Subsidios Destinados à Exploração	50 (24)			
75	Receitas Suplementares		173.014		173.014
					9.690.690
76	Receitas Financeiras Correntes	44		118	
77	Receitas de Aplicações Financeiras	44		48.557	
78	Outras Receitas			201	
79	Utilização de Provisoes				48.877
	(B)				9.739.567
82	Ganhos Extraordinários do Exercicio	45		39.832	
83	Ganhos de Exercicios Anteriores			12.795	52.627
					9.792.194
					9.792.194

### Anexo 3 – Balanço TECNICIL SGPS (2009)

<b>TECNICIL SGPS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA</b> <b>SEDE: PALMAREJO BAIXO - PRAIA</b> <b>NIF: 254784860</b> <b>BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008</b> <small>(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)</small>			
	Data de referência		
	31-12-2009		31-12-2008
	Notas	Valores	Valores
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3		
Edifícios e outras construções		30 842	-
Equipamento de transporte		20 592	25 219
Equipamento administrativo		19 780	22 267
Outros activos fixos tangíveis		1 434	1 605
Activos intangíveis	4		
Trespasse (goodwill)		445 491	445 491
Programas de computador		1 664	2 080
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5	791 438	1 179 285
Outros activos financeiros	6	16 812	-
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>1 328 054</b>	<b>1 675 947</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	7	25 125	-
Adiantamentos a fornecedores		-	15
Estado e outros entes públicos	8	6 119	6 698
Outras contas a receber	9	44 134	160
Diferimentos		447	426
Caixa e depósitos bancários	10	2 794	4 275
<b>Total do activo corrente</b>		<b>78 619</b>	<b>11 574</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 406 673</b>	<b>1 687 521</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>	11		
Capital realizado		252 850	5 000
Resultados transitados		314 085	-
Resultado líquido do período		( 180 996)	314 085
<b>Total do capital próprio</b>		<b>385 939</b>	<b>319 085</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	12	101 274	25 954
Financiamentos obtidos	13	165 684	177 011
Passivos por impostos diferidos	23	23 984	31 654
Outras contas a pagar	14	524 981	638 374
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>815 923</b>	<b>872 993</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	16 430	3 378
Estado e outros entes públicos	8	1 890	-
Financiamentos obtidos	13	26 437	340 955
Outras contas a pagar	14	160 054	151 110
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>204 811</b>	<b>495 443</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 020 734</b>	<b>1 368 435</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 406 673</b>	<b>1 687 521</b>

#### Anexo 4 – Demonstração dos Resultados TECNICAL SGPS (2009)

<b>TECNICAL SGPS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA</b> <b>SEDE: PALMAREJO BAIXO - PRAIA</b> <b>NIF: 254784860</b>  <b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b> <b>PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E</b> <b>1 DE JANEIRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b> (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)			
	PERÍODO		
	2009		2008
	Notas	Valores	Valores
Prestações de serviços	16	21 848	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	5	( 52 877)	308 077
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>( 31 030)</b>	<b>308 077</b>
Fornecimentos e serviços externos	17	( 44 751)	( 32 015)
<b>Valor acrescentado bruto</b>		<b>( 75 781)</b>	<b>276 062</b>
Gastos com o pessoal	18	( 40 452)	( 36 395)
Outros rendimentos e ganhos	19	38	144 736
Outros gastos e perdas	20	( 917)	( 3 520)
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>		<b>( 117 111)</b>	<b>380 883</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	21	( 8 253)	( 5 850)
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 125 364)</b>	<b>375 033</b>
Juros e perdas similares suportados	22	( 63 302)	( 29 294)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>( 188 666)</b>	<b>345 739</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	7 670	( 31 654)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 180 996)</b>	<b>314 085</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		( 180 996)	314 085
Resultado por acção básico (Escudos)	24	-2.049	62.817